

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 29 | Nº 05 | MAIO 2009 | R\$ 13,00



Especial

PERSPECTIVAS PARA O AGRIBUSINESS EM 2009 E 2010

Novo Código Florestal Mudanças e implicações
EUA Plano para o etanol

O agronegócio é o seguinte

Números não fecham em orçamento e área

O SEMINÁRIO Perspectiva Para o Agribusiness 2009/10, promovido pela BM&FBovespa neste mês, deixou evidente a expectativa quanto à disponibilidade de crédito para a agricultura. Como assunto recorrente, mostra a necessidade urgente de uma reforma radical no atual sistema de crédito rural vigente há mais de quarenta anos. As especulações e cobranças, seja da parte do governo como da iniciativa privada, variam de R\$ 90 bilhões a R\$ 160 bilhões.

Na temporada passada, diante de uma conjuntura mais aquecida, em termos de produção, mercado e preço, a pressão sobre a política agrícola oficial era menor. A relação de troca entre os preços das *commodities* agropecuárias com insumos estimulava o agricultor a comprar. A antecipação nas aquisições foi uma das mais fortes dos últimos tempos.

Neste ano, com o prejuízo ante a seca na safra de verão, que atingiu boa parte do Sul do País, o setor produtivo ficou mais alarmado. Somente no Paraná, a quebra superior a 5,0 milhões de toneladas de soja e milho significou uma perda monetária acima de R\$ 2,0 bilhões. Na safra de milho, que está em desenvolvimento no estado, haverá nova perda.

Além disso, algumas cadeias produtivas relacionadas, por exemplo, com as atividades sucroalcooleiras e de frigoríficos, vinham desenvolvendo programas de expansão em larga escala, tendo em vista os mercados brasileiro e internacional. Com o abrupto enxugamento dos recursos ocorrido no segundo semestre, eles foram pegos no contrapé. Os pedidos de recuperação judicial das empresas ligadas a esses ramos passaram ser frequentes.

O governo anunciou um providencial pacote de socorro para o campo e as agroindústrias. Resta aguardar quando estarão disponíveis para atender os demandantes na ponta. Existe a burocracia na definição das normas e no estabelecimento das análises de risco. Como assume o risco operacional e diante do quadro de incertezas, os agentes financeiros estão mais rigorosos e seletivos na concessão dos créditos.

Em fase final de elaboração do Plano Agrícola e Pecuário 2008/09, as frustrações recentes e o desdobramento da crise financeira precisam ser bem analisados. Apesar de ter surgido fora dele, esse movimento impactou o agronegócio nacional. O lado positivo está na redução do custo de fertilizantes e na persistência da demanda pelos produtos agropecuários no mercado mundial. O pacote de medidas deve levar em conta um balanço entre os cenários interno e externo, prejudicados, respectivamente, pela seca e a crise financeira internacional. A partir dessa avaliação, o desafio está em traçar as novas oportunidades abertas pela atual conjuntura.

A capacidade de aporte de recursos pelo governo é insuficiente para atender o orçamento de custeio da safra 2009/10, de R\$ 158 bilhões estimados pela Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). A disponibilidade de recursos está estimada em:

- Próprios: R\$ 41,6 bilhões
- Terceiros: R\$ 10,4 bilhões

Para fechar a conta, o governo teria de alocar R\$ 106 bilhões, sem contar R\$ 15,2 bilhões para investimento e R\$ 3,5 bilhões para comercialização. Essa alternativa está praticamente fora de qualquer hipótese. Com a queda dos depósitos à vista, o dinheiro da exigibilidade para ser aplicado na agricultura ficou menor. É bem provável que o valor anunciado para a safra 2008/09 não seja alcançado.

No bojo dessa preocupação, emerge outra questão para atormentar a cabeça do setor produtivo: o cumprimento das leis ambientais. Nos últimos anos, sem uma discussão suficiente pelo Congresso Nacional, uma série de medidas provisórias e similares foi baixada. Para cumprir todas as exigências legais vigentes, a agricultura brasileira terá de encolher e comprometer o seu futuro potencial de desenvolvimento. Assim como no crédito rural e no orçamento de plantio, também no tamanho das áreas disponíveis e destinadas às reservas legais, preservação permanente, conservação, indígenas e quilombolas, dentre outras, as contas não fecham. Terão de ser incorporadas terras de países vizinhos. ■

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas.

Conselho editorial: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves, Carlo Filippo M. Lovatelli, Francisco S. Mazzucca, Ivan Wedekin, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura

de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano

Editor chefe: Antônio Carlos Kfourir Aidar

Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza

Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felipe Cauê Serigati

Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redação

Redator: Bruno Blecher

Arte: André C. Michelin e Renata Owa

Revisão: Cacalo Kfourir

Fotos: Getty Images (capa e págs. 04 e 10)

Secretaria e apoio administrativo: Debora Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.

Publicidade: Representante comercial: Valor Rural Consultoria e Comunicação, Tel.: (11) 5973-5721, e-mail: jcotrim@terra.com.br.

Contato comercial: José Luis Ballalai Cotrim.

Circulação/assinaturas: Debora Durazzo e Evandro Jacóia Faulin.

Outros estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3281-3220,

Fax: 11 3262-3708, e-mail: contato@agroanalysis.com.br

Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 548, 8º andar, Tel.: (11) 3281-3220, Fax: 3281-7891

www.fgv.br/agroanalysis



FUNDAÇÃO
GETÚLIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br

Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos

Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sergio Franklin Quintella

Conselho Diretor

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos

Cintra Cavalcanti de Albuquerque e Sergio F. Quintella

Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque,

Ernane Galvão, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio

Corrêa Jr., Márcilio Marques Moreira e Roberto Paulo Cezar de Andrade

Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Antonio Monteiro

de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista

Vianna, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de

Almeida Senna, Marcelo José Basílio de Souza Marinho e Nestor Jost

Conselho Curador

Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)

Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Dante Letti (Souza Cruz S/A),

Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Edmundo Penna Barbosa da Silva,

Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Jorge Gerdau

Johannpeter (Gerdau S.A.), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco

S.A.), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda), Marcelo Serfaty, Marcio João

de Andrade Fortes, Maurício Matos Peixoto, Raquel Ferreira (Publicis

Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações

S.A.), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados,

de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio

de Janeiro e do Espírito Santo), Angélica Moreira da Silva (Federação

Brasileira de Bancos), Sandoval Carneiro Junior, Sérgio Ribeiro da Costa

Werlang e Mauro Sérgio da Silva Cabral (IRB-Brasil Resseguros S.A.)

Suplentes: Aldo Floris, Gilberto Duarte Prado, Luiz Roberto

Nascimento Silva, Karine Brandão (Brascan Brasil Ltda), Ney Coe

de Oliveira, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédito Suisse

S.A.), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações

S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional

de Seguros), Roger Agnelli (Cia. Vale do Rio Doce), Pedro Henrique

Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Rui Barreto (Café Solúvel

Brasília S.A.) e Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.)

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano

Diretor Executivo da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos

Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca

Diretor da FGV-EAESP: Maria Tereza Leme Fleury

AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

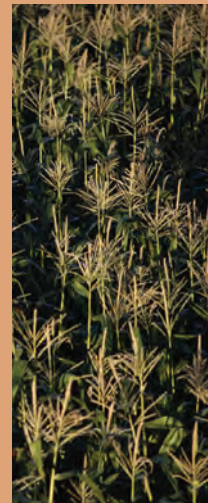
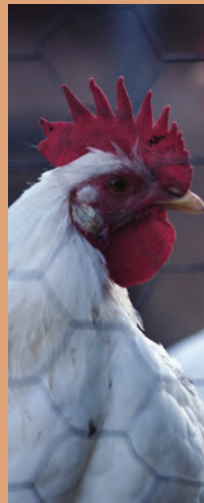
ACESSE O SITE
www.fgv.br/agroanalysis

ou ligue

0800 770 88 81

e assine

**a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio**



Abre Aspas

- 6 Ivan Wedekin
- 9 Macroeconomia
- 10 Agrodrops
- 12 Frases e comentários

Mercado & Negócios

- 13 Criação de camarões
- 16 Negócios internacionais
- 37 Pecuária de leite

Especial BM&FBovespa

- 17 Perspectivas para o agribusiness em 2009 e 2010

Especial Embrapa

- 39 Monitoramento por satélite

Agroenergia

- 42 Estados Unidos

Gestão

- 44 Agronegócio

Legislação

- 47 Segurança jurídica I
- 48 Segurança jurídica II
- 49 Diário de bordo
- 49 Produzir
- 50 Opinião

Especial Embrapa



Monitoramento por Satélite

BM&FBovespa



Crise e crescimento

Legislação



O novo Código Florestal

Criação de camarões



Empreendimento no agronegócio

Ivan Wedekin

Diretor de Commodities da BM&FBovespa

Novos instrumentos para o agronegócio

por Bruno Blecher

“**A**GRICULTURA não quebra, ela muda de nome”, diz Ivan Wedekin, com a experiência de quem participa ativamente do crescimento do agronegócio brasileiro desde os tempos da escola e acompanhou várias crises do setor sob diferentes ângulos: como engenheiro agrônomo, executivo de empresa, professor, editor de *Agroanalysis* e até mesmo no governo, como secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, entre 2003 e 2006. “Quando o agricultor tem problema de restrição de crédito e fica sem dinheiro para os insumos, faz uma parceria com outro produtor para plantar sua lavoura”, explica ele.

Wedekin, que hoje dirige a área de *commodities* da BM&FBovespa acredita que os agricultores devem enfrentar problemas no curto prazo, mas “no fritar dos ovos”, a agricultura sai fortalecida desta crise. “É preciso um solavanco muito grande para que o setor sinta o tombo”, diz.

Nesta entrevista à *Agroanalysis*, Wedekin fala sobre as ações da BM&FBovespa para ampliar o mercado brasileiro de futuros agrícolas e oferecer novos instrumentos para os produtores rurais.

AGROANALYSIS Qual foi o impacto da crise global no mercado de futuros agrícola?

IVAN WEDEKIN Houve uma queda de 22% no volume de negócios com *commodities* na CME, a Bolsa de Chicago, que negocia soja, milho e trigo, e em torno de 45% na ICE, a Bolsa de Nova York, onde são negociados café, açúcar e algodão, principalmente. No Brasil, tivemos uma queda de 35% no volume total de contratos agropecuários negociados, por três fa-

tores fundamentais. Primeiro, a menor volatilidade dos preços agrícolas, especialmente do boi gordo, que este ano está com nível de preço relativamente *flat*. Os futuros estão sinalizando pouca diferença em relação ao presente, portanto tem pouco risco de preço no mercado. Se a volatilidade é menor, os agentes de mercado correm menos risco e fazem menos proteção. Para a Bolsa, quanto mais “nervoso” estiver o mercado, maior

será a liquidez do volume de negócios. Outro fator que contribui para a queda dos negócios é a restrição do crédito. Vimos a queda das bolsas internacionais, e aqui no Brasil também enfrentamos uma restrição de crédito, apesar de todo o esforço do governo em injetar recursos para que a economia continue girando. No quarto trimestre de 2008, houve uma forte queda no comércio mundial. A restrição de crédito afetou a exportação, a produção e o mercado financeiro. O terceiro fator, que está correlacionado a isso, foi o menor volume de arbitragens, como no ocorre no café. Esse contrato tem uma grande liquidez, e uma parte importante dela decorre de operações de arbitragem, ou seja, o participante de mercado compra a BM&FBovespa e vende a Bolsa de Nova York. Ele negocia o diferencial de preço, as chamadas operações de arbitragem, que são importantes para dar liquidez.

“No mundo só existem hoje duas empresas agrícolas com capital aberto em bolsa, uma no Brasil, a SLC, e a outra na Rússia”



AGROANALYSIS Hoje se fala muito na “financeirização” da agricultura brasileira.

WEDEKIN Essa “financeirização” é um processo entre aspas, primeiro porque a agricultura já está envolvida com o setor financeiro brasileiro, seja pela via do crédito, seja pelas aplicações dos produtores. O que se pretende é ampliar os laços da agricultura dentro do mercado financeiro como um todo. Os fundos de investimentos e os investidores estão mais longe da agricultura. Os fundos multimercados têm pouca ligação com a agricultura. O grande volume de aplicações está em títulos públicos e um pouco em ações. A agricultura precisa se aproximar mais do mercado de capitais, que pode ser uma fonte de financiamento para o crescimento do setor. Veja que no mundo só existem duas empresas agrícolas com capital aberto em bolsa, uma no Brasil, a SLC, e outra na Rússia. A SLC captou recursos do mercado para financiar o seu processo de produção agrícola. Ela planta cerca de 200 mil hectares no Brasil. Quando o governo criou os novos títulos do agronegócio foi com o objetivo de fazer essa ponte com o investidor do mercado financeiro, de modo a fornecer capital de giro para o funcionamento não apenas da agricultura, mas do agronegócio como um todo.

AGROANALYSIS Aliás, o senhor participou ativamente da criação desses novos títulos. Qual é a sua avaliação hoje?

WEDEKIN Houve um forte crescimento, especialmente em 2008. Eles começaram a funcionar em 2005, e em 2007 já atingiram a marca de R\$ 6 bilhões, saltando para R\$ 38 bilhões em 2008. No período de janeiro a abril deste ano, o valor chegou a R\$ 12 bilhões. Eu gostaria que o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), tivesse um desenvolvimento maior. É um título que pode ser emitido por qualquer empresa do agronegócio, exceto pelo produtor rural. Em toda essa indústria de títulos, o produtor rural é a fonte, a origem dos lastros que vão ser utilizados para emitir esses títulos, e um deles é o CDCA. Ele pode ser emitido por uma empresa de insumos, por um

armazenador, por um posto de gasolina, ou seja, por qualquer empresa que tenha relação comercial com o agricultor, que vende para o agricultor ou compra dele, e fica com um recebível. Esse lastro pode ser utilizado na montagem de uma operação estruturada. O CDCA é importante porque ele é emitido por uma empresa do agronegócio, o que significa que o título depois será colocado para um investidor do mercado financeiro. É um título que injeta dinheiro no agronegócio, daí a sua importância.

AGROANALYSIS No Seminário Perspectivas da Safra 2009/2010, promovido pela BM&FBovespa, ficou a impressão de que a crise não foi tão grave no setor agrícola. Qual é a sua avaliação?

WEDEKIN A agricultura não é uma ilha, é um arquipélago. É um somatório de uma grande colcha de retalhos. A queda da área plantada na safra 2008/2009 foi muito pequena. A queda só não foi maior porque nessa colcha de retalhos há regiões que estão em melhores condições. Em condições normais de clima, a agricultura de São Paulo, do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, mais próxima dos portos, com mais infra-estrutura e que têm uma agricultura diversificada, sofreria bem menos. Mas tivemos este ano problemas climáticos no Paraná, Rio Grande do Sul, em Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Se essa quebra de produção não foi compensada por um aumento de preço, o agricultor perdeu caixa. Mas aquele que não sofreu nada vai ter rentabilidade. Outra coisa que ao longo do tempo a gente comprova como verdadeira é que a agricultura não quebra, ela muda de nome. O agricultor que tem restrição de crédito e fica sem dinheiro para comprar insumos, mas tem uma terra boa, faz uma parceria com outro produtor e planta sua lavoura. Vimos isso em várias crises. As áreas marginais, de menor fertilidade ou mal localizadas, eventualmente são retiradas do processo produtivo. Enquanto setor agregado, alguns agricultores vão bem ou relativamente bem, outros vão mal, e no “fritar dos ovos”, a agricultura

brasileira é extremamente forte e competitiva. É preciso ter um solavanco muito grande para o setor sentir o tombo.

AGROANALYSIS Qual é a sua expectativa em relação à nova safra?

WEDEKIN A agricultura vai estar sempre em meio a paradoxos, sempre há uma variação a se equacionar, que é a questão do crédito. Se bem que a crise mundial começou em setembro do ano passado, exatamente no começo do plantio da safra Centro-Sul, e a gente viu que a safra foi plantada, com uma leve queda de área.

AGROANALYSIS Muitos agricultores tiraram dinheiro do próprio bolso para plantar.

WEDEKIN O agricultor, principalmente do Centro-Oeste, que vinha alavancando, usando o seu caixa para ampliar a área plantada de 2003 para cá, interrompeu esse processo e concentrou o foco no custeio para explorar aquela área que já estava aberta. Mas a comercialização nesta safra está correndo melhor do que se esperava. Os preços agrícolas, especialmente da soja, geraram um puxão importante de caixa para os produtores. Temos informações do setor de insumos que há pagamentos antecipados de dívidas e compras antecipadas. Não acredito que teremos diminuição no ritmo de crescimento no plantio de 2009/2010, até porque há uma consciência clara do governo de que é preciso usar todos os mecanismos para garantir uma boa safra.

AGROANALYSIS A Bolsa está preparando um novo contrato de álcool. Como vai funcionar?

WEDEKIN Todo mundo com quem a Bolsa conversa, do governo ao setor privado, defende a importância de termos um contrato futuro de álcool no Brasil, porque é um setor muito importante para a economia, para o agronegócio e também para os consumidores. Mas a experiência recente não tem sido muito boa. Em 2007, a Bolsa lançou um contrato de álcool anidro, voltado para exportação. Em 2006/2007, a exportação de etanol era

considerada a bola da vez no setor sucroalcooleiro. Esse contrato não alcançou a liquidez que se imaginava. Resoluções do governo determinam, por exemplo, que o produtor de álcool só pode vender e entregar o combustível para um distribuidor ou exportador. Há um engessamento da comercialização física. Não estou questionando se isso é positivo ou negativo, mas a restrição à comercialização física exerce um impacto importante sobre o futuro. Se uma usina compra álcool na Bolsa porque acha que o preço vai subir, e outra vende porque acha que o preço vai cair, se elas entrarem no processo de liquidação por entrega física, a Bolsa não pode deixar esse contrato ser liquidado, porque de acordo com a resolução da ANP, uma usina não pode receber álcool combustível. Isso acabou trancando a liquidez no mercado físico. A Bolsa está discutindo com o setor de álcool uma forma de utilizar a experiência de sucesso obtida no boi e no milho. A idéia é lançar um contrato de álcool hidratado em reais com liquidação financeira por indicador de preço. Veja o exemplo do boi: se os participantes do mercado ficam até o encerramento do contrato, até o último dia de negociação, eles ficam com posições em aberto. E essa posição em aberto, no último dia de negociação, é encerrada pela média de preços do indicador Esalq/BM&F dos últimos cinco dias. Nesse contrato não há possibilidade de entrega física. Assim aquelas duas usinas que eu citei poderiam comprar e vender, tal qual os bancos e os fundos de investimento que conhecem o mercado de álcool, sem cair na entrega física. Elas escapam, portanto, das restrições que o governo coloca à comercialização do produto.

AGROANALYSIS E o novo contrato do milho? Está funcionando bem?

WEDEKIN Ele começou a ser negociado em setembro de 2008. O contrato antigo de milho foi extinto em maio, ou seja, de setembro de 2008 até maio, os dois contratos conviveram paralelamente. Em maio, o contrato antigo foi encerrado. O contrato de milho financeiro é o que

teve o melhor desempenho entre todos os contratos lançados pela Bolsa, superando a marca de 8.000 contratos em aberto em seis meses. O contrato de boi, o mais negociado da Bolsa, gastou 16 meses para alcançar essa marca e o contrato de milho com entrega física levou cerca de cinco anos para alcançar 8.000 contratos. Hoje o milho financeiro tem mais posições em aberto do que o contrato de soja. O milho é um produto super importante e é muito estudado. Há muitas informações sobre o

“A agricultura brasileira é forte e competitiva. É preciso um solavanco muito grande para o setor sentir o tombo”

mercado de milho, assim como se tem sobre o mercado de álcool. Um dos objetivos da chamada “financeirização” da agricultura é ter contratos que possam ser utilizados por mais participantes do mercado. Contratos com liquidação financeira podem escapar de certas regulações, que eventualmente são necessárias, e conviver com a confusão tributária do país.

AGROANALYSIS O senhor anunciou também um novo contrato para a soja.

WEDEKIN Estamos trabalhando e vamos implantar no segundo semestre um con-

trato de opção flexível de soja para o mercado de balcão. Nós já temos contratos de opções de milho, de boi, de soja e de café, que são opções sobre o contrato futuro negociadas em pregão da Bolsa. No caso da soja, o contrato de opção de balcão será lançado numa parceria com o Banco do Brasil. O BB vai ter mais flexibilidade para oferecer alternativas de opções aos agricultores. Como o Banco do Brasil vai vender uma opção para o produtor, ele vai correr um risco do preço, e para evitá-lo, ele vai fazer posições no mercado de futuro, para passar esse risco para terceiros. Vamos fazer a ponte entre o agricultor e outros agentes de mercado. A opção é flexível, porque ela é mais simples. Sua vantagem é que o agricultor não ganhará uma posição no futuro, caso ele exerça uma opção. Por exemplo, se o agricultor compra uma opção a US\$ 25 a saca de soja na referência Porto de Paranaguá, ele compra o direito de vender a US\$ 25. Se lá no momento perto do exercício o preço da soja estiver a US\$ 23 é vantajoso para o agricultor exercer a opção, exercer o direito e se garantir de que vai vender, não a US\$ 23 do preço do mercado, mas a US\$ 25 contratados na opção. Ao fazer isso, esse exercício sobre uma opção de pregão, ele ganhará automaticamente uma posição no mercado futuro. Para ter uma posição no mercado de futuros, ele precisa depositar a margem de garantia e estar sujeito ao ajuste diário. Isto torna a operação mais complexa para o agricultor, demanda capital de giro e um gerenciamento da posição. E é mais difícil operacionalmente para o Banco do Brasil. No caso de um exercício de uma opção flexível, o agricultor vai exercer a US\$ 25, mas como o preço do futuro está a US\$ 23, ele vai ter o equivalente a US\$ 2,00 creditados na sua conta e matou a operação. Ou seja, ele não vai ganhar posição no futuro e está liquidado ali com diferença. Ele se garantiu com os US\$ 25,00, que é o objetivo da política de sustentação do preço para o produtor. Se esse agricultor fez um bom negócio, obviamente o banco vai receber o dinheiro com mais facilidade e menos risco. ■

Macroeconomia

O estado atual da crise

Rogério Mori*

O MOMENTO econômico atual parece direcionar os ânimos para uma perspectiva de abrandamento da crise econômica e financeira. Os fatos ocorridos no segundo semestre de 2008 mostraram-se muito marcantes no que se refere aos aspectos econômicos e financeiros mundiais.

Dessa forma, a “primeira onda” pode ser apontada a partir da dinâmica do sistema financeiro, em que ficou explícita a fragilidade das instituições financeiras norte-americanas e várias européias. Tal debilidade foi amparada por ambiente de gradativa diminuição da regulação no sistema em um contexto de abundância da liquidez e amplas facilidades no crédito. A dinâmica desse processo sustentou o consumo das famílias norte-americanas ao longo dos últimos anos, o que também estimulou o crescimento econômico mundial no período. O fim do processo ao longo do ano passado trouxe à tona a realidade dos excessos do período, e instituições tidas como referência de solidez e de boa administração financeira ruíram subitamente. As ações dos governos evitaram o pior naquele momento, ou seja, a ruptura em um ambiente de falências e desestruturação do sistema financeiro privado. Mesmo de forma cambaleante, várias instituições conseguiram sobreviver à custa de injeções de recursos do governo dos EUA.

Mesmo assim, essas ações não conseguiram conter a “segunda onda” da crise, evidenciada na súbita desaceleração do ritmo da atividade econômica em vários países. Essa realidade se mostrou tangível nos mais diferentes países e o que se observou, de fato, foi uma rápida inversão do cenário de crescimento dos últimos anos, e um aumento considerável do desemprego nos meses mais recentes.

Porém, passadas essas “ondas”, as indicações mais recentes parecem apontar para uma espécie de acomodação da crise financeira. Assim, aparentemente os efeitos mais agudos ficaram para trás, e a administração da crise parece mais orientada para o redesenho de uma retomada do crescimento global. Sob essa ótica, parece evidente que ainda está longe o cenário em que os problemas estejam completamente superados e que um novo ambiente de retomada esteja sendo configurado.

No caso da economia brasileira, o sentimento também parece presente, em particular à luz da evolução de alguns indicadores da atividade econômica domésticos. A produção industrial brasileira, após a substancial queda registrada no último trimestre do ano passado, passou a dar sinais de recuperação. De acordo com o IBGE, a produção cresceu 0,7% em termos dessazonalizados, represen-

tando o terceiro mês consecutivo de recuperação. Mesmo assim, o resultado no primeiro trimestre de 2009 foi uma queda de 14,7% em relação ao mesmo período do ano passado. A queda representou uma mudança significativa de patamar no ritmo de atividade da indústria, com reflexos em vários segmentos e no emprego na indústria.

É importante destacar também que a recuperação registrada nos primeiros meses do ano não foi igual para todos os segmentos industriais. Pode-se observar que a produção no setor de bens de capital segue em forte retração, e que alguns segmentos seguem em situação crítica. O desempenho do setor de bens de capital é um claro reflexo de que os investimentos produtivos no Brasil seguem em retração.

A virtual “acomodação” da crise em um contexto de relativa retomada da atividade econômica pode levar a crer que o pior já ficou para trás. Porém, em face desse ambiente e do cenário de uma inflação ainda em trajetória de convergência para a meta, a disposição do Banco Central em continuar promovendo reduções significativas na meta da taxa básica de juros pode ser menor daqui por diante. ■

* Professor e Coordenador do Centro de Macroeconomia Aplicada (Cemap) da FGV-EESP

Por Bruno Blecher

Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: brunoblecher@uol.com.br



Saulo Coelho

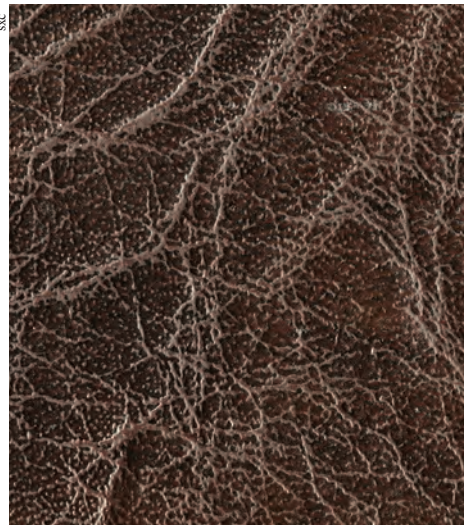
Nhecolândia

A Embrapa Pantanal pretende certificar em pecuária orgânica o seu campo experimental, a Fazenda Nhumirim, em Nhecolândia, a 160 km de Corumbá (MS).

Dez de suas 16 invernadas serão alocadas para criação orgânica, o que corresponde a cerca de 60% de sua área total de mais de 4 mil hectares. Segundo os técnicos da Embrapa, o animal orgânico abatido vale entre R\$ 80 e 100 a mais que o convencional.

Menos couro

As exportações brasileiras de couro no primeiro quadrimestre do ano registraram US\$ 309,27 milhões, com queda de 57% em relação à receita apurada em igual período de 2008. Os dados são do Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil (CICB), com base no balanço da Secex. "A queda é reflexo do impacto da crise financeira internacional", diz o presidente do CICB, Luiz Bittencourt. O complexo industrial do couro emprega cerca de 50 mil pessoas no Brasil e movimentou cerca de US\$ 3,5 bilhões por ano.



Expansão agrícola

O Amapá é o terceiro estado a contar com a superintendência regional da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Este ano já foram implantadas unidades da Conab em Alagoas e Roraima. As próximas serão no Acre e em Sergipe. A Embrapa deve inaugurar centros de pesquisa no Tocantins, em Mato Grosso e no Maranhão.

Perdas argentinas



Depois dos prejuízos da soja, por conta da seca, a Argentina já contabiliza as perdas da safra de trigo. A produção desta temporada deve ficar em 8,7 milhões de toneladas na safra 2008/09, a menor já registrada no país segundo a Bolsa de Cereais de Buenos Aires. A área plantada, de 3,7 milhões de hectares, foi 18,6% inferior à da safra 2007/2008. A safra de soja rendeu 32,8 milhões de toneladas, a menor produção dos últimos quatro anos.

Novo secretário

O engenheiro agrônomo José Gerardo Fontelles assumiu a Secretaria Executiva do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Com experiência de 40 anos no serviço público federal, Fontelles exerceu vários cargos de direção no Ministério da Agricultura.

Boi clonado

Animais clonados das raças zebuínas já podem ser registrados pela Associação Brasileira dos Criadores de Zebu. A liberação foi anunciada pela MAPA no dia 11 de maio. “É uma medida estratégica para a pecuária brasileira”, comenta o superintendente técnico da Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), Luiz Antônio Josahkian. Das 200 milhões de cabeças existentes hoje no Brasil, cerca de 160 milhões têm genes zebuínos.

Carne cozida

O Minerva Dawn Farms, *joint venture* entre o grupo brasileiro Minerva e a irlandesa Dawn Farms, vai iniciar a venda de carne cozida à Europa. A empresa, que acaba de receber habilitação da União Européia, espera faturar US\$ 100 milhões já no primeiro ano de atividades. “A Europa representa 80% do mercado de proteínas cozidas, daí a importância desta certificação”, diz Roberto Denuzzo, CEO da Minerva Dawn Farms.

Perdigão + Sadia

A fusão entre as duas empresas, anunciada no dia 19 de maio, formou a gigante BRF (Brasil Foods), a maior exportadora mundial de carnes processadas e a terceira maior exportadora do País, atrás de Petrobras e Vale.

Juntas, as duas empresas são responsáveis por uma receita de R\$ 10,7 bilhões em exportações e contam com um quadro de 119 funcionários e 42 fábricas. A união, que precisa ainda ser aprovada pelo Cade, foi fechada após meses de negociações. Os acionistas da Perdigão devem ficar com 68% da BRF e os da Sadia, com 32%.



TÚNEL DO TEMPO

“Antes de 2010, o Brasil deve chegar a marca de

80 milhões

de toneladas de soja, ultrapassando a produção americana”, previa o pesquisador Antonio Carlos Roessing, da Embrapa-Soja, na *Agroanalysis* de abril de 2004. Mas estamos longe ainda dessa marca. Na safra 2008/2009, o Brasil deve colher cerca de

58 milhões

de toneladas do grão.



Escassez de água

Mesmo com 14% de todos os recursos hídricos do mundo, o Brasil também deverá enfrentar sérios problemas com falta de água, principalmente em grandes cidades como São Paulo, que já está no limite da escassez. A previsão é de Adolpho José Melfi, professor titular da Esalq-USP. “A soma de todas as atividades humanas resulta em um consumo aproximado de 20 milhões de litros por ano por habitante do planeta. Esse consumo elevado faz com que pelo menos 26 países se encontrem atualmente em situação de penúria”, disse Melfi. Em média 69%



da água são utilizados em atividades agrícolas, 23% na indústria e 8% uso urbano. No Brasil, o uso mais intenso está na irrigação de culturas, com 69%, seguido pela criação animal (11%), uso urbano (11%), industrial (7%) e rural (2%).

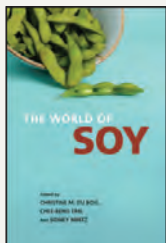
Colheita mecanizada

A Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo estima que mais de 60% das usinas estejam totalmente mecanizadas para esta safra de cana, 10% acima do esperado.

Até 2012, segundo projeção do governo, 100% da colheita de cana no estado deverão ser mecanizadas.

FAO

A União Européia anunciou a doação de US\$ 144 milhões para a FAO, o órgão nas Nações Unidas para a agricultura e alimentação. Os recursos serão utilizados para apoiar a produção de alimentos na Ásia, na África e na América Central durante a crise, após 30 anos de queda no investimento.



“A soja talvez já seja o novo trigo. Como populações em países em via de desenvolvimento começaram a comer mais carne, a demanda por soja para ração animal continuará a crescer firmemente”

CHRISTINE DU BOIS, uma das organizadoras do livro *The World of Soy*, publicado pela Universidade de Illinois (EUA), na Folha de S.Paulo (17/05/09)

“A tendência é de que a renda agrícola de 2009 não sofra uma queda tão grande e possa até se igualar à do ano passado”

JOSÉ GARCIA GASQUES, coordenador-geral de Planejamento do Mapa, na Folha de S.Paulo (10/05/09)

“A crise está conduzindo à moeda única, ao banco central único e à política monetária única”

JOSEPH STIGLITZ, professor da Universidade Colúmbia e Prêmio Nobel de Economia em 2001

“Vou plantar menos milho e mais soja”

JOÃO JACINTO DIAS DE ALMEIDA, gerente de produção da fazenda São Paulo, em O Estado de S.Paulo (10/05/09)

“Conseguimos fechar pouco mais de US\$ 37 milhões em negócios para exportação para os próximos 12 meses numa economia em crise. Quem consome orgânicos, compra conceito de sustentabilidade social e qualidade de vida”

MING LIU, coordenador executivo do Projeto Organics Brasil, à Gazeta Mercantil (6/05/09)



“O Brasil se consolida como gigante na produção de alimentos em 2017”

MARIO SERGIO CUTAIT, presidente do Sindirações, à Folha de S.Paulo (12/05/09)

“A grande contribuição da pecuária para o meio ambiente é o aumento da produtividade, porque os animais atingem o peso de abate mais cedo e, assim, é preciso menos área para a criação”

MAURICIO PALMA NOGUEIRA, consultor



“Desde o primeiro momento eu sabia que não havia risco nenhum de contaminação, vocês podem consumir carne suína com tranquilidade, acabei de comer um filé de suíno delicioso”

JOSÉ SERRA, governador de São Paulo, depois de almoçar com os presidentes da Associação Paulista dos Criadores Suínos (APCS) e da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína.

Criação de camarões

Empreendimento no agronegócio

José Geraldo P. Barbosa¹Rui André Saldanha de Carvalho²Antonio Carlos Magalhães da Silva³

O CULTIVO de camarões marinhos em viveiros é uma atividade atípica em comparação às demais do setor primário. Independe de chuvas, a exploração pode ser praticada de forma ininterrupta durante todo o ano. No mundo, é exercida em mais de 50 países, com melhor adaptação nas regiões de clima tropical ou subtropical.

O Brasil pratica o cultivo:

- Semi-intensivo;
- Intensivo, com utilização de técnicas avançadas de engorda e de aeração artificial.

De acordo com a Associação Brasileira de Criadores de Camarão (ABCC), o

crustáceo *Litopenaeus vannamei*, conhecido como camarão branco e introduzido no Brasil na década de 1980, responde por mais de 95% da produção nacional em cultivo intensivo, concentrada na Região Nordeste.

Sugestão de manejo da produção a partir do primeiro ano do negócio

| Anos | Sistema de produção |
|-------------------|-------------------------|
| 1 e 2 | Tipo A [2 ciclos/ano] |
| 3 e 4 | Tipo A [3 ciclos/ano] |
| 5, 6 e 7 | Tipo B [3 ciclos/ano] |
| a partir do ano 8 | Tipo B [3,5 ciclos/ano] |

Para a instalação de viveiros de criação de camarões marinhos na Região Sudeste, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) libera as áreas de salinas desativadas dos municípios localizados na chamada Região dos Lagos do estado do Rio

Fazendas de criação de camarões marinhos: sistema produtivo

| | Unidade | Ciclo Produtivo A | Ciclo Produtivo B |
|---------------------------|-------------------------|-------------------|-------------------|
| Área produtiva (viveiros) | ha | 15 | 15 |
| Densidade | Camarões/m ² | 15 | 25 |
| Sobrevivência | % | 65 | 65 |
| Despesca | g | 13,5 | 12 |
| Produtividade | kg/ha | 1316 | 1950 |

Fonte: SOUZA FILHO, J.; COSTA, S.W. da; TUTIDA, L.M.; FRIGO, T.B.; HERZOG, D. Custo de produção do camarão marinho. Ed. Revista Florianópolis. Instituto Cepa/SC/Epagri, 2003. [adaptado pelos autores]



Investimento inicial

| | Custo (R\$) |
|------------------------------------|-------------------|
| Aquisição do terreno (20 ha) | 446.666,60 |
| Gastos Iniciais | 13.200,00 |
| Máquinas e equipamentos: | 97.139,34 |
| Infra-estrutura | 146.482,70 |
| Serviços de construção de viveiros | 110.599,30 |
| Custo Total - R\$ | 814.087,94 |

Fonte: SOUZA FILHO, J. et alii (2003) - adaptado pelos autores

de Janeiro: Araruama, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio e Arraial do Cabo. São cerca de 2.960 hectares que o Ibama, conforme mapeamento por satélite, justifica não serem locais cobertos por vegetação natural do tipo manguezal.

Como a maior parte do camarão consumido na Região dos Lagos é oriunda de outras regiões do País, cria-se a oportunidade para atender à demanda local por parte dos empresários da própria região.

Ao contrário de sua criação em viveiros, a captura é proibida no período de defeso em virtude do ciclo de reprodução do camarão. Em decorrência disso, há problemas de escassez do produto e diminuição de receita para as empresas pesqueiras da região.

Esses fatos geram curiosidade sobre o fato da criação de camarões em viveiros ainda não serem explorados por empresários da Região dos Lagos. A curiosidade aumenta quando se verifica a grande similaridade, em termos ambientais, climáticos e estruturais, entre esta região e as porções Norte e Nordeste do Brasil.

Muito mais próxima dos grandes centros consumidores do País (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte), em relação aos demais centros produtores, seria essa atividade inviável financeiramente na Região dos Lagos?

Para responder a essa questão foi feita uma análise do retorno financeiro do investimento necessário à implantação de uma fazenda de criação de camarões marinhos.

Ao longo do ciclo de vida do empreendimento espera-se que ocorra um au-

mento na produtividade de cada ciclo e no número total de ciclos por ano. Como a densidade de camarões do segundo ciclo (B) supera a do primeiro ciclo (A), os seus custos variáveis (insumos, manejo etc.) também são relativamente maiores.

O lucro líquido mensal proporcionado pela atividade depende obviamente do preço pago ao produtor. A Taxa Mínima de Atratividade (TMA) considerada no projeto foi a Selic vigente no período, de 12,5% ao ano.

Cenário 1 (pessimista) - Preço de mercado: R\$ 7,30

| Investimento inicial (R\$) | R\$ 814.087,94 | | |
|--|------------------------|----------------|----------------|
| Ciclo Produtivo | A | B | B |
| Anos | 1, 2, 3 e 4 | 5, 6 e 7 | 8 |
| Ciclos | 10 | 9 | 3,5 |
| Área produtiva (ha) | 15 | 15 | 15 |
| Produção total (kg) | 19.740 | 29.250 | 29.250 |
| Receita bruta/ciclo (R\$/kg) | R\$ 144.102,00 | R\$ 213.525,00 | R\$ 213.525,00 |
| Receita bruta/ciclo/hectare (R\$) | R\$ 9.606,80 | R\$ 14.235,00 | R\$ 14.235,00 |
| Custo de produção fixos e variáveis (R\$/kg) | R\$ 6,01 | R\$ 5,73 | R\$ 5,73 |
| Custo de produção/ciclo (R\$) | R\$ 118.637,40 | R\$ 167.602,50 | R\$ 167.602,50 |
| Custo de produção/ciclo/hectare (R\$) | R\$ 7.909,16 | R\$ 11.173,50 | R\$ 11.173,50 |
| Lucro líquido/ciclo/hectare (R\$) | R\$ 1.697,64 | R\$ 3.061,50 | R\$ 3.061,50 |
| Lucro líquido/ciclo (R\$) | R\$ 25.464,60 | R\$ 45.922,50 | R\$ 45.922,50 |
| Lucro total ao final do período (R\$) | R\$ 254.646,00 | R\$ 413.302,50 | R\$ 160.728,75 |
| Lucro acumulado (R\$) | R\$ 254.646,00 | R\$ 667.948,50 | R\$ 828.677,25 |
| Retorno do investimento | Ao final do oitavo ano | | |

Fonte: SOUZA FILHO, J. et alii (2003) - adaptado pelos autores

Cenário 2 (realista) - Preço de mercado: R\$ 7,70

| Investimento inicial (R\$) | R\$ 814.087,94 | |
|--|------------------------|----------------|
| Ciclo Produtivo | A | B |
| Anos | 1, 2, 3 e 4 | 5, 6 e 7 |
| Ciclos | 10 | 9 |
| Área produtiva (ha) | 15 | 15 |
| Produção total (kg) | 19.740 | 29.250 |
| Receita bruta/ciclo (R\$/kg) | R\$ 151.998,00 | R\$ 225.225,00 |
| Receita bruta/ciclo/hectare (R\$) | R\$ 10.133,20 | R\$ 15.015,00 |
| Custo de produção fixos e variáveis (R\$/kg) | R\$ 6,01 | R\$ 5,73 |
| Custo de produção/ciclo (R\$) | R\$ 118.637,40 | R\$ 167.602,50 |
| Custo de produção/ciclo/hectare (R\$) | R\$ 7.909,16 | R\$ 11.173,50 |
| Lucro líquido/ciclo/hectare (R\$) | R\$ 2.224,04 | R\$ 3.841,50 |
| Lucro líquido/ciclo (R\$) | R\$ 33.360,60 | R\$ 57.622,50 |
| Lucro total ao final do período (R\$) | R\$ 333.606,00 | R\$ 518.602,50 |
| Lucro acumulado (R\$) | R\$ 333.606,00 | R\$ 852.208,50 |
| Retorno do investimento | Ao final do sétimo ano | |

Fonte: SOUZA FILHO, J. et alii (2003) - adaptado pelos autores

O menor nível capaz de remunerar e proporcionar viabilidade ao empreendimento seria de R\$7,30 por quilo.

Com o preço médio pago aos produtores de Natal, no estado do Rio Grande do Norte, em agosto de 2008, de acordo com a ABCC, da ordem de R\$7,70 o quilo, pode-se esperar uma

Taxa Interna de Retorno (TIR) superior à TMA.

Ainda a respeito da rentabilidade, durante o grande afluxo de turistas na Região dos Lagos, durante os meses de férias, de dezembro a fevereiro e em julho, o produtor é favorecido com o ágio comum na comercialização do camarão. A título de exemplo,

os preços médios do quilo do camarão no atacado, apurados na Ceagesp e na Ceasa (RJ) em novembro de 2007 foram, respectivamente, de R\$10,20 e R\$9,70.

Ao criar três possíveis cenários para o preço de venda final do camarão, tem-se que o retorno do investimento se dá ao final de oito anos (cenário pessimista) se o preço de mercado for de R\$ 7,30; ao final de sete anos (cenário realista) se o preço for de R\$ 7,70; e na metade do sexto ano (cenário otimista) se o preço for de R\$ 8,40.

Os números acima indicam a viabilidade desses empreendimentos sob o ponto de vista empresarial. Se ações adicionais também forem implementadas, os resultados seriam ainda mais atraentes. É o caso do beneficiamento para agregação de valor ao produto, a venda direta aos grandes centros consumidores mais próximos e a exportação a partir do aeroporto de Cabo Frio. ■

Cenário 3 (otimista) – Preço de mercado: R\$ 8,40

| | | |
|--|------------------------|----------------|
| Investimento inicial (R\$) | R\$ 814.087,94 | |
| Ciclo Produtivo | A | B |
| Anos | 1, 2, 3 e 4 | 5 e 6 |
| Ciclos | 10 | 9 |
| Área produtiva (ha) | 15 | 15 |
| Produção total (kg) | 19.740 | 29.250 |
| Receita bruta/ciclo (R\$/kg) | R\$ 165.816,00 | R\$ 245.700,00 |
| Receita bruta/ciclo/hectare (R\$) | R\$ 11.054,40 | R\$ 16.380,00 |
| Custo de produção fixos e variáveis (R\$/kg) | R\$ 6,01 | R\$ 5,73 |
| Custo de produção/ciclo (R\$) | R\$ 118.637,40 | R\$ 167.602,50 |
| Custo de produção/ciclo/hectare (R\$) | R\$ 7.909,16 | R\$ 11.173,50 |
| Lucro líquido/ciclo/hectare (R\$) | R\$ 3.145,24 | R\$ 5.206,50 |
| Lucro líquido/ciclo (R\$) | R\$ 47.178,60 | R\$ 78.097,50 |
| Lucro total ao final do período (R\$) | R\$ 471.786,00 | R\$ 468.585,00 |
| Lucro acumulado (R\$) | R\$ 471.786,00 | R\$ 940.371,00 |
| Retorno do investimento | Na metade do sexto ano | |

Fonte: SOUZA FILHO, J. et alii (2003) – adaptado pelos autores

1 Professor adjunto da Universidade Estácio de Sá. jose.gerald@estacio.br.

2 Empresário e mestre em Administração. ruicarvalho.adm@oi.com.br.

3 Analista do Banco Central do Brasil e professor da Universidade Estácio de Sá. antonio.magalhaes@bcb.gov.br

Outras vantagens

Além de lucro aos criadores, os projetos trariam benefícios para a população dos municípios da região em questão. A Região dos Lagos dispõe de 2.960 hectares em áreas de salinas desativadas, passíveis de implantação das fazendas de criação de camarões. Portanto, tomando por base que cada hectare utilizado no cultivo de camarões marinhos em viveiros gere dois empregos diretos e 2,5 empregos indiretos, pode-se projetar:

- Criação de 5.920 empregos diretos, com estimativa de salário médio de R\$ 1.253,38, o que representaria uma injeção mensal de recursos na economia local superior a R\$ 7,4 milhões;
- Receita bruta mensal superior a R\$ 10,8 milhões, uma considerável arrecadação municipal direta por meio da concessão de alvarás e, posteriormente, da arrecadação de ISS;
- Gastos mensais da ordem de R\$ 6,2 milhões, com a aquisição de insumos necessários à operação dos viveiros, e mais o incentivo à instalação de empresas fornecedoras e geração de 7.400 empregos indiretos.

Os números confirmam o potencial da atividade de criação de camarões marinhos em viveiros como instrumento para o desenvolvimento da economia da Região dos Lagos.

Não obstante, ainda haveria mais dois outros argumentos a favor:

- 1°. A sinergia entre a criação de camarões e a indústria turística e a conseqüente alavancagem de retorno econômico. Em certa medida, fazem parte de uma mesma cadeia produtiva os restaurantes de frutos do mar, os hotéis e o turismo marítimo;
- 2°. A criação de camarões em viveiros, em relação à sua pesca, pode colaborar substantivamente para a preservação do meio ambiente.

Relatos de pescadores locais indicam a acentuada queda, nos últimos anos, da captura de camarões diante de fatores ambientais, tais como a baixa oxigenação da Lagoa de Araruama, a pesca predatória no período do defeso, o uso de redes de malha muito fina e de “tamancos” (instrumento para o pescador atingir uma profundidade maior para a captura do camarão).

Negócios internacionais

Diplomacia agrícola e fóruns internacionais

Adriano J. Timossi*

COM GRANDE experiência na agricultura, o Brasil poderá desenvolver um jogo estratégico na agenda de desenvolvimento econômico. As ações implementadas nesse sentido ainda são tímidas e distantes do potencial a ser explorado. Para que isso ocorra, oficiais de governo, parlamentares e setor privado devem estar mais integrados

com as questões globais, a exemplo do problema da febre suína que vivemos.

A China participa com grandes delegações nos fóruns internacionais. Com cerca de 1.500 diplomatas, a equipe nacional é relativamente pequena ante a crescente demanda e necessidade da presença do País em fóruns internacionais.

Apenas no Palácio de Nations, em Genebra, sede do escritório da ONU, na Europa, são realizadas anualmente cerca de 8.000 reuniões com temas de impacto e posicionamento internacional da agricultura. Como muitas delas carecem da presença brasileira, a decisão de aumentar o corpo diplomático nacional com cargos de adidos agrícolas é importante.

Se o MAPA participasse da recente reunião de ministros de Agricultura do G8, na Itália, mostraria o grau de envolvimento e engajamento do País nos temas agrícolas internacionais.

No evento, a Itália questionou:

- O aumento da produção de biocombustíveis;
- A produção de alimentos ligados ao desmatamento;
- A necessidade de mudança nos hábitos alimentares, tendo em vista a redução no consumo de carnes como uma ação para reduzir impactos negativos das mudanças climáticas;
- O cumprimento do bem-estar animal.

Ao mesmo tempo que apresenta o seu modo de produção como modelo para o mundo, a União Européia mantém sob seus olhos protocolos de desrespeito ao bem-estar animais em nome de sua “herança cultural”, como as touradas da Espanha.

Apesar da sua produção *foie gras* ser obtida à custa de uma produção intensiva de patos (para aumentar em até dez vezes o tamanho normal de seu fígado), o presidente Nicolas Sarkozy anunciou que a França se prepara para solicitar à Unesco o reconhecimento de sua culinária como patrimônio da humanidade!

A presença brasileira serviria para replicar o “lado negro de outras agriculturas” e os objetivos ocultos nos ataques em que associam os avanços da agricultura brasileira ao aumento na área desmatada na Amazônia. Alianças com países emergentes para enfrentar as posições apresentadas pelos países ricos do G8, são estratégias que devem ser parte principal dos trabalhos da diplomacia agrícola brasileira, com a instituição dos adidos agrícolas. ■

*Especialista em Desenvolvimento Econômico
Email: timossi@j@yahoo.com

Eventos-chave para o Brasil em 2009

1) Unctad

Reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, neste mês, em Genebra. Há uma grande demanda de informações sobre a Embrapa, excelência em tecnologia agrícola tropical. A entidade prepara relatório sobre o tema de Tecnologia da Agricultura e Crise Alimentar, em que a experiência brasileira deve ser exaltada.

2) Cooperação Sul-Sul no Quênia

Conferência no Quênia em junho, quando serão celebrados os 20 anos da 1ª Reunião do TCDC – Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, realizada na Argentina, com o Plano de Ação de Buenos Aires.

Pelas suas experiências e seus interesses, o Brasil deve estar presente com uma comitiva do Itamaraty e outros ministérios, como da Saúde, do Meio Ambiente e da Agricultura. Com isso, vai se firmando ante a comunidade internacional como uma peça chave no campo de desenvolvimento econômico regional e global e cooperação Sul-Sul.

3) Bric (Brasil, Rússia, Índia e China)

Na reunião em junho de 2009, na Rússia, o Brasil deveria sugerir:

- a) O estabelecimento de um mecanismo de reuniões ministeriais e, sobretudo de ministros de Agricultura, para avançar em temas ligados ao comércio e à cooperação agrícola;
- b) Um programa de intercâmbio de estudantes, com apoio do setor privado e companhias estatais como Petrobras e Gazprom;
- c) Uma secretaria permanente em Genebra, a exemplo da Secretaria do Fórum Ibero-Americano, com uma estrutura enxuta, mas ativa e operante, para coordenar o diálogo e melhorar aproximação entre os países do grupo;
- d) A Secretaria Bric é importante, sobretudo no caso da Rússia e de sua esperada entrada para a OMC quando poderá ser um importante aliado para o G20, nas negociações agrícolas e de temas novos como energia;
- e) Este tipo de organização passaria uma clara mensagem aos tradicionais poderes globais da chegada de uma nova era da governança econômica e política mundial.

PERSPECTIVAS PARA O AGRIBUSINESS EM 2009 E 2010



**Crise reduz ímpeto, e não interrompe
escalada do agronegócio brasileiro**

BM&F BOVESPA

A Nova Bolsa



APRESENTAÇÃO

Muitas turbulências no curto prazo, como consequência da tempestade global, mas céu de brigadeiro na retomada do crescimento, quando a nova ordem mundial oferecerá grandes oportunidades para o agronegócio brasileiro.

Este cenário foi quase consensual entre os especialistas que participaram do seminário Perspectivas para o Agribusiness em 2009/2010, evento promovido pela BM&FBovespa no dia 5 de maio último em São Paulo, com o apoio do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag) e da Bolsa Brasileira de Mercadorias.

Para os técnicos e analistas presentes no evento, 2009 é página virada, o estrago está consolidado e o crescimento do País e do mundo será próximo de zero ou até negativo. Mas, apesar da crise e das incertezas em relação ao comportamento da economia nos próximos anos, as projeções apresentadas mostram que o agronegócio brasileiro deve seguir sua trajetória de crescimento.

Na abertura do evento, Edemir Pinto, diretor-presidente da BM&FBovespa, e Luís Carlos Guedes Pinto, vice-presidente de Agribusiness do Banco do Brasil, assinaram protocolo de intenções, com o objetivo de ampliar os mercados de derivativos agropecuários no País.

Para assistir à íntegra do Seminário acesse:

www.bmf.com.br/portal/pages/imprensa1/destaques/2009/maio/seminario.asp



ÍNDICE

| | |
|--|----|
| É hora de continuar crescendo | 19 |
| Drenagem de recursos | 20 |
| Os desafios do agronegócio | 21 |
| Cenários da macroeconomia e do agronegócio | 22 |
| MERCADO FUTURO | |
| Novos produtos para o agronegócio | 24 |
| GESTÃO DE RISCOS | |
| Prudência e sabedoria no uso dos derivativos | 25 |
| PLANO AGRÍCOLA | |
| Meta é garantir bom volume de crédito | 26 |
| SOJA | |
| Quebra da safra reduz os estoques | 27 |
| MILHO | |
| Tendência é de alta | 28 |
| ALGODÃO | |
| Menor oferta pode elevar preço | 29 |
| AÇÚCAR E ÁLCOOL | |
| Boas perspectivas no médio prazo | 31 |
| CAFÉ | |
| Consumo pode crescer 1% | 32 |
| PECUÁRIA | |
| Cresce o confinamento | 34 |
| TENDÊNCIA | |
| O novo eixo da economia mundial | 35 |

É hora de continuar crescendo

Edemir Pinto*

Esta é oitava edição do Seminário Perspectivas para o Agronegócio, que se tornou o mais tradicional encontro para debate das perspectivas para o agronegócio no Brasil. Temos convicção de que o sucesso e a relevância deste seminário se devem à parceria que estabelecemos desde o seu início com o Ministério da Agricultura, com a Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo e a Abag. Mais uma vez, somos gratos a todos pelo apoio.



No dia 8 de maio de 2008, os acionistas aprovaram a união das Bolsas, concluída em assembléia realizada em 28 de novembro de 2008. Esses últimos 12 meses foram de intensa atividade, não só por conta da integração, mas também para a preparação de novos produtos e serviços. Isso sem falar na crise nos mercados, certamente a maior em várias décadas.

No último dia 28, os acionistas da Bolsa elegeram um novo Conselho de Administração, que tem o economista Arminio Fraga como presidente. A presença de uma figura como Arminio à frente do Conselho da Bolsa, com toda a sua experiência e conhecimento sobre os mercados é uma vitória não só para os acionistas da BM&FBovespa, mas para todo o País.

Essa contribuição virá em um momento importante porque essa crise não teve só aspectos negativos, como, aliás, ocorre em toda crise. Esse colapso nos mercados mostrou que o Brasil ocupa posição de liderança global em se tratando de sistemas de liquidação, garantias e custódia. Nossa regulação se mostrou superior. Nosso sistema financeiro se mostrou robusto. Bons fundamentos macroeconômicos e instituições sólidas tornaram o Brasil um exemplo em meio a um turbilhão sem precedentes nos mercados. Podemos dizer sem receio que a BM&FBovespa enfrentou essa prova de fogo mais forte do que nunca. E agora é hora de continuar crescendo.

A Bolsa seguiu seu caminho de inovação. Gostaríamos de destacar a conclusão da completa eletrônica dos mercados de futuros, com a integração de nosso sistema de negociação com a Globex, a plataforma do CME Group e a maior do mundo em negócios com derivativos. Acabamos também de divulgar a conexão do sistema GTS, que é nossa plataforma de negociação de futuros, com a Bloomberg Tradebook.

Ainda em maio, implantaremos uma nova versão do sistema eletrônico de negociação Mega Bolsa, que passa a ter maior velocidade e menores custos. Em junho, vamos lançar a Rede de Comunicação BVME, que complementará os serviços oferecidos pela Rede de Comunicação da Comunidade Financeira, atualmente a única alternativa de conexão aos sistemas eletrônicos de negociação e de back-office da Bolsa.

Também em junho, vamos entregar a conexão do GTS ao sistema internacional de roteamento de ordens da GL Trade, rede utilizada por mais de 700 instituições de mercado para dar ordens de compra e venda em 70 bolsas do mundo, e a oferta de serviços de *colocation* pela Bolsa, que começará no segmento BM&F. Assim que os investimentos para o aumento de capacidade da *clearing* de ações estiverem concluídos, o *colocation* será estendido ao segmento Bovespa. A *clearing* de ações passará, a partir de agosto, de uma capacidade de 770 mil negócios/dia para 1,5 milhão de negócios/dia.

Em julho, as empresas provedoras de serviços de DMA serão autorizadas a realizar conexões de negociação com o sistema Mega Bolsa, dos mercados Bovespa. E, até o final deste ano, vamos implantar uma nova interface de comunicação que permitirá, por meio de uma única tela, que corretoras e investidores possam ter acesso aos dados dos mercados Bovespa e BM&F. A globalização, para a BM&FBovespa, deixou de ser uma figura de retórica.

No segmento do agronegócio, lançamos o novo contrato de milho com liquidação financeira e oferecemos, pela primeira vez no mundo, contratos de base ou diferencial de preços do milho. Isso permite a integração do mercado de milho nacional. Estamos estudando também um novo contrato de álcool hidratado, e convidamos toda a cadeia produtiva do álcool para participar desse debate.

Lançaremos no segundo semestre um contrato de opção flexível de soja para ser negociado no mercado de balcão, em parceria com o Banco do Brasil. Aliás, assinaremos neste seminário a renovação do protocolo entre a Bolsa e o Banco do Brasil para a expansão dos mercados agropecuários. Vamos superar em 2009 a marca de 1.000 profissionais do Banco do Brasil treinados pelo Instituto Educacional da Bolsa.

A Bolsa Brasileira de Mercadorias, na qual temos participação, oferecerá no segundo semestre a BBMNet, a mais completa plataforma eletrônica para a licitação de compras pelos órgãos públicos. É a tecnologia que favorece a concorrência e a redução dos custos das empresas e órgãos públicos. Tornamos nossas tarifas de negociação mais competitivas e passamos a cobrar por serviços que antes eram subsidiados, o que vai gerar mais liquidez e negócios para nosso mercado.

Nem por um momento a crise nos intimidou. Mesmo no auge da turbulência dos mercados em 2008, iniciamos um novo módulo de nosso programa de popularização, o BM&FBovespa Vai ao Campo, que visita importantes cidades do nosso agronegócio para difundir os conceitos de investimento a longo prazo.

O programa de popularização iniciado pela Bovespa em 2003 multiplicou por dez a quantidade de pessoas físicas que investem em ações. Já são quase 600 mil investidores. E educou esses investidores, que mesmo no ápice da volatilidade em 2008, evitaram tomar decisões precipitadas.

Lançamos um programa de relacionamento com as empresas, listadas ou não em Bolsa. É o BM&FBovespa Empresas. Vamos visitar as companhias e mostrar que a Bolsa é a melhor plataforma para captar recursos, crescer e gerenciar riscos. Temos soluções integradas que proporcionam garantia e proteção para os negócios. Vamos lançar o Hedge sob Medida. As empresas poderão realizar suas operações no mercado de balcão com toda a transparência proporcionada pelos sistemas da BM&FBovespa.

O dinamismo e a busca constante pela inovação continuarão a pautar o nosso dia-a-dia. Queremos atender melhor o mercado, sermos mais competitivos, termos os melhores produtos e serviços. Para isso, queremos uma conexão e uma proximidade permanente com as comunidades: corretores, investidores, empresas, acionistas, analistas, autoridades, reguladores, estudantes e jornalistas. Essa sintonia fina fez da BM&FBovespa uma das maiores bolsas do mundo, orgulho para o Brasil e para os brasileiros.

* Diretor-presidente da BM&FBovespa.

Drenagem de recursos

Carlo Lovatelli*

Como nossa versão brasileira do Fórum Outlook, do Departamento de Agricultura dos EUA, a Perspectiva para o Agribusiness é uma realização inteligente e importante para todos nós que atuamos e desejamos o desenvolvimento desta importante atividade da economia nacional. A Associação Brasileira de Agribusiness celebra com muita consciência e profundo respeito a sua presença neste fórum, como parceira e apoiadora, pela sexta vez consecutiva.

Somos uma entidade que desde seu início reconheceu a relevância de compartilharmos informações e análises, ainda mais diante do cenário de incerteza, criado há oito meses, com a crise financeira nos EUA, que se alastrou de forma intensa no mundo.

Temos dois triênios distintos, com uma dicotomia clara entre eles. O primeiro, entre 2003/4, 2004/05 e 2005/06, com seca, doenças como a ferrugem da soja, e preços internacionais em baixa. As sequelas deste período desfavorável persistem até os dias de hoje. O segundo, 2006/07, 2007/08 e 2008/09, de mercado mais aquecido devido principalmente a fatores especulativos do que fundamentais. Houve muita migração de

investimento de *hedge fund* nas *commodities* agrícolas, que aqueceram os preços.

Entre março e junho do ano passado, as cotações de milho, soja e trigo, por exemplo, as três principais *commodities* agrícolas na Bolsa de Chicago, alcançaram patamares sem precedentes. A bolha especulativa, que inflou espetacularmente a partir de setembro de 2007, anabolizada também pela febre do etanol nos EUA, perdeu força no segundo semestre 2008. A quebra do Lehman Brothers, em outubro, passou a ser a data emblemática da crise instalada em escala global. O ritmo dos negócios caiu bastante.

A crise financeira internacional cresceu justamente quando o Brasil plantava a safra 2008/09. O impacto não foi mais intenso porque houve muita compra antecipada de insumos, com os preços estimulantes da época. Isso garantiu um padrão tecnológico para a produção. A colheita, de 136,5 milhões de toneladas, é a segunda maior da história. O resultado é satisfatório para este exercício, mesmo com o leve recuo ocorrido na área plantada, pois a produção garante o abastecimento interno sem pressionar a inflação, e é suficiente para manter as exportações. Então, como fica o cenário para a safra 2009/10?

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) calcula uma necessidade de capital de giro da ordem de R\$ 150 bilhões. Existem sinalizações não oficiais para R\$ 100 bilhões. Aí estão o calcanhar de Aquiles do setor e o grande desafio da política agrícola. Apesar da capitalização e maior capacidade de autofinanciamento, a agricultura necessita bastante de recursos de terceiros.

Existem alguns pontos positivos: a menor pressão do custo de produção, com menores valores dos fertilizantes e um possível corte no preço do diesel; maior taxa na exigibilidade, que passou de 25% para 30% dos depósitos à vista, e de 65% para 70% da caderneta de poupança rural; a taxa Selic mais baixa permitirá uma menor taxa de juro no crédito rural; a ascensão dos novos títulos negociados pela BM&FBovespa.



Tivemos o providencial pacote de ajuda à agroindústria, anunciado pelo governo, de R\$ 12,6 bilhões, destinados a uma linha de crédito para agroindústrias, indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas e cooperativas agropecuárias. Como financiam os produtores, com antecipação dos recursos para custeio ou aquisição de insumos, a irrigação de capital de giro às indústrias traz uma espécie de “efeito cascata”, com benefícios para os produtores das cadeias produtivas.

Resta aguardar a chegada efetiva dos recursos na ponta tomadora. Existe todo o trabalho de operacionalização das normas, como a análise de risco e a definição das garantias. É um trabalho burocrático que sempre demanda tempo. Algumas medidas complementares poderão ajudar, como a revisão de garantias bancárias, flexibilidade aos que renegociaram dívidas, e preços mínimos compatíveis aos custos de produção.

Diante da situação delicada de escassez de crédito e liquidez, com ajustes, os números para o financiamento poderão ficar melhores que os previstos no início do ano. Na Abag, acompanhamos de perto duas reformas políticas:

- O Código Ambiental, para dar uma ordem jurídica em termos fundiários e ambientais para a agricultura. Chegamos a uma situação dramática de falta de sintonia entre a legislação e a realidade do campo;
- A mudança no sistema nacional de crédito rural em vigência há mais de 40 anos e completamente dissociado das cadeias produtivas do agronegócio.

* Presidente da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag).

Os desafios do agronegócio

Reinhold Sthephanes*

As perspectivas para o agronegócio nos próximos anos são positivas. Se as condições climáticas não atrapalharem, a previsão é de um resultado positivo de 3% a 4% ainda neste ano. A população mundial precisa se alimentar e um dos únicos países com respostas positivas para as projeções agropecuárias é o Brasil.

Os efeitos da crise não foram tão significativos para a agricultura como se previa inicialmente. Os preços estabilizaram-se em patamares mais baixos ao de um ano atrás, mas acima dos padrões históricos. As secas provocaram quebras nas colheitas do Paraná, Uruguai e na Argentina. O recente estudo da Embrapa sobre mudanças climáticas mostra que algumas regiões terão problemas pela frente.

O sistema de crédito rural não vai oferecer o montante demandado pelo setor. Não discordo das estimativas da Abag, mas há dificuldade para chegar àqueles números. O governo esta



preocupado em fazer com que as recentes linhas de crédito disponibilizadas para a agroindústria cheguem ao tomador. Apesar da aprovação pelo Conselho Monetário Nacional da liberação de linha de crédito para a agroindústria, nem todos que precisam do dinheiro para manter as atividades têm tido acesso aos recursos.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que não quer mais reunião sobre o assunto, mas uma solução. Na sua visão, o momento é de anormalidade e exige maior disposição dos agentes financeiros para correr risco. Embora o endividamento seja um assunto recorrente no setor, o assunto mais discutido nos recentes eventos voltados ao *agribusiness* diz respeito às alterações no atual Código Florestal.

A reformulação é urgente para que as consequências não alcancem às pequenas comunidades. Se os ajustes não forem feitos, 1 milhão de agricultores pode abandonar suas propriedades, pois perdem o direito de produzir. Ao longo do tempo foi construída, mas pouco debatida, uma legislação que ninguém consegue mais ver, interpretar e dimensionar.

Existe uma falta de sintonia entre a legislação e a realidade do campo. Dois pontos principais precisam ser modificados: a permissão do plantio em várzeas, encostas e topos de morros em áreas já consolidadas com produção e a inclusão das áreas de conservação às margens dos rios à percentagem exigida de reserva legal.

O importante é que esse processo seja conduzido com racionalidade e apoio técnico-científico, de modo a corrigir os erros do passado. Se é necessário um consenso entre os Ministérios da Agricultura e do Meio Ambiente, o produtor, que seguirá a legislação, deverá participar da sua formação. Lutar pelo meio ambiente é diferente de entender as questões ambientais. O mundo todo planta em área de várzea. Desse jeito, o Brasil im-

portará arroz sem saber a qual preço, pois o cereal não é uma *commodity* e não há mercado internacional.

Se todas as áreas protegidas pelas leis ambientais atuais e as que estão em estudo para o futuro, o País terá de agregar território de alguma nação vizinha para produzir. Mais de 80% do território nacional estarão congelados para o uso agrícola convencional.

Temos desafios e as iniciativas a serem tomadas em cinco questões-chave:

1. Pesquisa: precisamos manter a liderança na tecnologia, por meio de mais recursos para a pesquisa. O governo disponibilizou R\$ 1 bilhão adicional à Embrapa, criando mais três unidades: Mato Grosso, Tocantins e Maranhão

2. Defesa sanitária: questões com a China, União Européia, o Chile, os EUA, a África do Sul e o Japão estão sendo resolvidas. A melhor notícia está na previsão de o País ficar livre da febre aftosa em 2010. Isso abrirá muitos mercados para as exportações.

3. Política de crédito: o governo busca uma saída para a questão do endividamento rural, mas uma solução definitiva passa pela reformulação de todo o sistema de crédito rural. Precisamos pensar uma política que englobe financiamento, preços mínimos e seguro rural.

4. Infraestrutura: os estados fronteiriços sofrem mais do que os costeiros. A distância dos portos inviabiliza as exportações de milho para algumas regiões do Centro-Oeste. A morosidade nas concessões das licenças ambientais dificulta os programas de embarques. Muita eficiência no “dentro da porteira” é perdida fora dela.

5. Insumos: precisamos diminuir a dependência externa de fertilizantes. O Brasil é o único dos grandes produtores agrícolas com nível tão alto de dependência em relação aos fertilizantes importados: 90% no potássio e 70% nos nitrogenados.

A produção mundial dessas matérias-primas é dominada por poucas empresas, com atuação cartelizada. Em relação aos nitrogenados, com os trabalhos desenvolvidos com a Petrobras, o auto-abastecimento será alcançado em prazo mais curto. Nos fosfatados, levantamentos apontam grandes jazidas prontas para serem exploradas, mas por motivos de diversas ordens, decretos suspenderam a sua lavra há mais de 30 anos. Mato Grosso, principal pólo agrícola do país, conta com as maiores jazidas de fosfato do território nacional. No Pará, a Vale do Rio Doce tem enorme jazida. Em Iperó (SP), também há outra, em área de floresta ativa.

Quanto ao potássio, em Nova Olinda, Amazonas, há a terceira maior mina do mundo, e é possível encontrar outras jazidas em Sergipe e no Espírito Santo. Com minas bem distribuídas e prontas para explorar, se o Brasil buscar maneiras para fazer a exploração, chega a auto-suficiência em dez anos no potássio, em oito anos no fósforo e cinco anos nos nitrogenados.

Cenários da macroeconomia e do agronegócio

Octavio de Barros*

O tema do descolamento da crise, de palavra maldita virou uma realidade inequívoca. Poucos países, e o Brasil é um deles, têm capacidade de sair mais rapidamente da crise. O Brasil não disputa mais recursos com os países emergentes. Estamos na mais sincronizada recessão global. Os motores da economia foram desligados no último trimestre do ano passado e só agora começam a pegar no tranco.

O crescimento previsto para economia global em 2010 é de apenas 2%, um dos mais baixos da história. Quanto a 2009, ninguém duvida mais que haverá uma queda de 0,9%. O número é consenso, ninguém mais revê a previsão de 2009. Por alguns anos, estaremos crescendo abaixo da média histórica por razões óbvias.

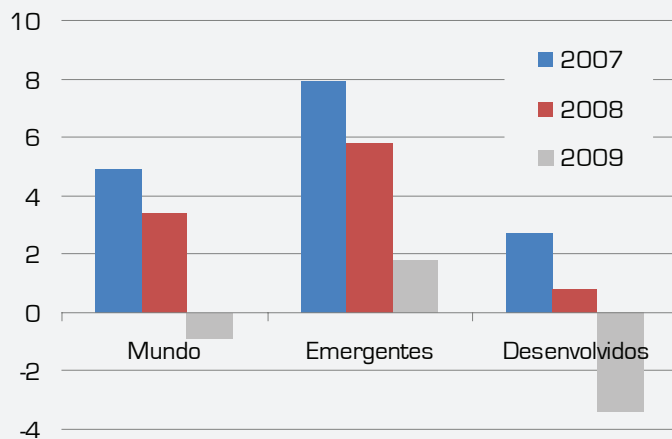
No resumo da ópera, os emergentes crescem em média 1,8% este ano, os desenvolvidos têm queda média de 3,4% e o mundo, de 0,9%. O fogo se alastrou. Entramos num círculo vicioso, pois sem confiança não há crédito, sem crédito não há confiança. Não é uma desglobalização, como prevê *The Economist*, mas estamos sim construindo uma globalização mais disciplinada.

Mas a crise não muda a trajetória dos países emergentes mais vibrantes. Os países maduros estão perdendo espaço para os emergentes. Daqui a seis anos, portanto amanhã, o PIB dos países emergentes superará o dos países desenvolvidos. A contribuição para o crescimento global estará nos países emergentes como o Brasil. Eles já respondem por 85% da população mundial. Isso reforça a tese das novas locomotivas. A principal delas é a China, que no ano 2021 supera o PIB americano.

Vamos ver quem é quem daqui para a frente. Não há como imaginar que a recuperação da economia global virá dos Estados Unidos. Se isto acontecer, de nada terá servido esta crise. O consumo americano despensa e a prioridade das famílias americanas é agora a poupança.



* Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Crescimento mundial (%)

Fonte: FMI. Elaboração e projeção: Bradesco

Os mercados iniciaram a recuperação a partir de 9 de março de 2009. Há indícios de retomada do crescimento. Mas os efeitos cumulativos de política fiscal e monetária ao redor do mundo ainda vão ser sentidos. O dinheiro quer voltar a trabalhar. Temos US\$ 1,2 trilhão em caixa nos bancos europeus e americanos. Há alguns sinais de que o fundo de poço já ficou para trás. As vendas de varejo nos EUA pararam de cair.

A China é o nome do jogo. Ela sim está se descolando da crise e pode dar uma colher de chá para os países emergentes. Com a fadiga da crise, o cenário abre oportunidades aos países emergentes, como o Brasil.

O Brasil deve ter crescimento zero este ano, mas para 2010 a perspectiva é de crescimento de 3,5%, o quinto maior do mundo. A confiança está voltando, tanto do consumidor quanto do empresário. A inflação este ano ficará abaixo da meta no Brasil, ao redor de 4%. A taxa de juros continuará caindo, dentro da política anticíclica, quem sabe até abaixo de 9%. Nossa previsão é de 9,25% ao final do ano. O crédito vai crescer, a despeito das dificuldades. Estamos prevendo um crescimento de 12,7%, enquanto o crédito rural deve crescer acima disso, 13,8%, segundo projeções do departamento econômico do Bradesco.

Estamos projetando o dólar a R\$ 2 com viés de abaixo no final de 2009. Se o mundo piorar, o câmbio deprecia-se, se melhorar, o câmbio aprecia-se aqui no Brasil. Tudo o que é bom aprecia o câmbio. Revisamos para cima a nossa projeção para a balança comercial. A agricultura contribuiu muito para isso, assim como a queda nas importações. A magnitude do ajuste do comércio exterior brasileiro - US\$ 110 bilhões entre exportações e importações, traduz bem a dimensão dos negócios perdidos com a crise. Para 2009, estamos prevendo queda de 28,2% nas exportações e de 31,5% nas importações. As exportações do agronegócio serão menos afetadas. Prevemos uma queda de 10%. A China terá um papel decisivo para o bom desempenho do comércio exterior do Brasil. Em abril, as vendas para China representaram 18,1% das nossas exportações, enquanto a participação dos EUA caiu para 10,9%.

Minha visão ainda é positiva. Há muitas dúvidas e incertezas, mas acredito que o processo vai acabar favorecendo o Brasil.

* Diretor de Estudos e Pesquisas Econômicas do Bradesco



MERCADO FUTURO

Novos produtos para o agronegócio

Os produtos agropecuários representam apenas cerca de 5% do mercado mundial de derivativos, e, no Brasil, apenas 0,9%. “Para alcançarmos o tamanho do mercado de derivativos no mercado mundial, nos teríamos que crescer aproximadamente seis vezes”, disse Ivan Wedekin, diretor de Commodities da BM&FBovespa, que falou sobre as novas ações para a expansão dos futuros agropecuários.

Wedekin mostrou a forte queda dos derivativos do mundo de janeiro a abril deste ano como consequência da crise. No café, a queda chegou a 47% e de 67% no algodão. No Brasil, houve um crescimento expressivo da indústria de derivativos agropecuários nos últimos anos, que saltaram de US\$ 10 bilhões em 2005, para US\$ 46,4 bilhões em 2008. Nos últimos meses porém, o número de contratos caiu por conta da crise. O número de contratos recuou de 3,3 milhões em 2008 (de janeiro a dezembro) para 3 milhões nos 12 meses encerrados em abril de 2009. Em valor, a redução foi de US\$ 46,4 bilhões para US\$ 39,7 bilhões.

A Bolsa já negocia 2,2 safras de café, no boi se aproxima de 90% do abate brasileiro, no milho cerca de 20% da safra e 13% na soja. Wedekin anunciou uma alteração do contrato de café, que passa a ser do tipo 4, em vez de 6, tornando-se mais adequada para a exportação.

Em agosto próximo, a BM&FBovespa pretende lançar um contrato de opção flexível de soja registrado no mercado de balcão. Um dos objetivos é dar ao produtor uma alternativa mais simples de seguro de preço.

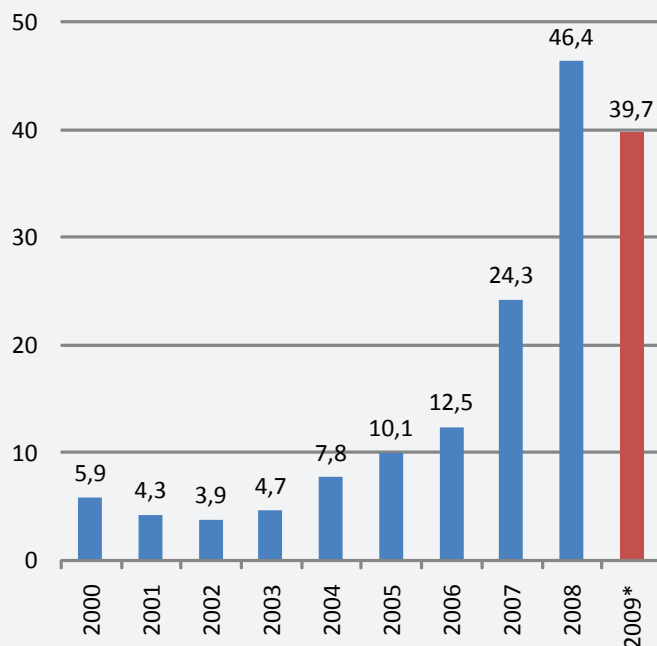
“O novo modelo terá liquidação financeira com base no preço futuro da soja em Paranaguá, data predefinida para o exercício da opção pelo produtor, tamanho livremente pactuado entre as partes, inclusão ou não de garantias”, informou Wedekin.

Na safra 2009/10, o Banco do Brasil começará a acoplar esse contrato aos financiamentos rurais. O Banco venderá ao agricultor uma opção com dois objetivos: reduzir o seu risco de preço e gerir o risco de sua carteira de crédito rural.

Também está em estudos na Bolsa um novo contrato para o etanol. “Todo mundo pede à Bolsa um contrato futuro de etanol. A Bolsa já conta com um contrato para álcool anidro, utilizado por exportadores. O problema é que não existe no Brasil ou em qualquer país um mercado efetivamente livre de etanol. Sem entrar no mérito das razões de governo, há restrições regulatórias e tributárias de difícil solução. O produtor de álcool só pode vender o combustível para o distribuidor e para o exportador. A regra restringe a participação de outros agentes na comercialização física e, consequentemente, impede a liquidez do mercado futuro”, explica ele.

Segundo Wedekin, a Bolsa avalia um contrato futuro de etanol hidratado com liquidação financeira em reais, destina-

Mercado futuro brasileiro: valor dos contratos agropecuários negociados, em US\$ bilhões



Fonte: BM&FBovespa. 2009* - últimos 12 meses (Mai/08 a Abr/09)

do ao mercado interno. A liquidação financeira pode contornar a regulação sobre a comercialização física. O contrato teria formação de preços em Paulínia para a produção originária do Centro-Sul e liquidação no vencimento por indicador de preços, como funcionam o contrato de boi e o novo contrato de milho.

Charles Carey, vice-chairman do CME Group, que participou da abertura do seminário, ressaltou que o acordo entre o CME Group e a BM&FBovespa está possibilitando ao mercado acesso total aos produtos das duas Bolsas.

Carey lembrou que no ano passado, quando participou do sétimo seminário da BM&FBovespa, os olhos do mercado estavam voltados para o estado de Yoha, porque os campos do Meio-Oeste foram inundados pelas chuvas, o que provocou forte elevação nos preços do milho.

“A cotação do milho chegou a US\$ 8 o bushel. Mas as águas desceram e colhemos uma boa safra do cereal nos Estados Unidos”, disse Carey.

As pessoas têm de comer, disse ele. “Estamos num momento desafiador, mas eu espero que o futuro seja promissor para a agricultura. Embora tenhamos um mercado dos mais voláteis, podemos nos orgulhar. Tivemos problemas com a China, com a Índia, um dólar baixo e o colapso econômico em setembro do ano passado. Mas agora os preços agrícolas se recuperaram”, disse Carey.

GESTÃO DE RISCOS

Prudência e sabedoria no uso dos derivativos

Para Luiz Augusto de Oliveira Candiota, sócio-diretor do Grupo Lacan, os derivativos são um instrumento estratégico para o agrobusiness, uma atividade que já nasce assumindo riscos. “Mas é preciso usá-los com prudência e sabedoria, e entender claramente os riscos envolvidos em cada uma das operações”, alertou Candiota.

Ele apontou em sua palestra os benefícios da gestão de risco: impedir ou diminuir o impacto de perdas relevantes e incrementar o valor da companhia; reduzir o custo de capital e garantir o resultado operacional; promover maior transparência a investidores, acionistas e conselheiros.

“Fazer cenários adversos e positivos, desconfiar sempre e não analisar linearmente o comportamento dos mercados financeiros são atitudes essenciais para uma boa gestão de risco”, disse Candiota.

Segundo ele, as empresas devem definir claramente o perfil de risco, mensurando seu tamanho e o grau de tolerância, além de associar a gestão de risco ao planejamento estratégico, determinando os indicadores de desempenho.

É preciso identificar e classificar todos os riscos, sejam eles financeiros, operacionais, macroeconômicos, ambientais, regu-

latórios ou tecnológicos, avaliando a sua probabilidade e seu impacto sobre os negócios.

“O cenário para 2009 era considerado de grande crescimento para a maioria das empresas, mas seis meses depois veio a crise”, lembrou Candiota.

Para ele, as empresas devem definir cenários alternativos para os mais diversos tipos de risco, construir leque de sensibilidade e uma matriz de variação de valor econômico, identificando possíveis fontes de erro e desvios de resultado.

É preciso também gerenciar corretamente os riscos, perguntando constantemente o que fazer em relação a eles, como preveni-los e evita-los, de forma a capacitar a organização para lidar com os riscos.

Candiota falou sobre os chamados “derivativos tóxicos cambiais”, apontados como um dos fatores responsáveis pela crise global. “Os derivativos não são os culpados e sim as pessoas que utilizaram esses instrumentos levemente”, disse Candiota. “Ignorância e ganância são uma combinação explosiva quando você lida com derivativos”, disse.

Segundo ele, as principais fontes de riscos e incertezas no uso de derivativos são a variação no preço das commodities e as mudanças nas taxas de juros e do câmbio. Para a operação com derivativos, as empresas devem utilizar estratégias como a gestão de dívida, a proteção do preço de venda, a gestão do fluxo de caixa e a redução de custo de produção.



PLANO AGRÍCOLA

Meta é garantir bom volume de crédito

O Plano Agrícola e Pecuário 2009/2010, que deverá ser anunciado em junho, considera um cenário externo de desaceleração econômica, estabilidade da taxa de câmbio e preços de insumos mais baixos do que em 2008, embora ainda acima da média histórica. No mercado interno, o plano também trabalha com desaceleração da economia, tendência de redução das taxas de juros e aumentos dos depósitos à vista e da poupança rural, as duas principais fontes de crédito rural.

Foi o que anunciou Edílson Guimarães, secretário de Política do MAPA, durante o seminário. “Toda a vez que fazemos o Plano Agrícola recebemos duas críticas. A primeira delas é que deveríamos ter um plano permanente. A segunda é de que o plano nunca traz novidades. Do ponto de vista da política agrícola, o plano já é permanente. Temos feitos ajustes de rumos todos os meses. Já existem hoje no Brasil normas estáveis. O MAPA sempre faz ampla consulta ao setor”, disse Guimarães.

Segundo ele, o principal objetivo do plano é garantir um bom volume de recursos para a próxima safra. “O volume de crédito reivindicado pela CNA, de R\$ 150 bilhões, dificilmente será alcançado. O crédito historicamente atende de 30% a 35% das necessidades do setor. Vamos manter os programas de investimento e de estímulo à agricultura familiar. Outro objetivo é aumentar o seguro rural”, acrescentou o secretário.

Guimarães mostrou números sobre o comportamento do agronegócio brasileiro.

No ano passado, a área plantada, de 47,4 milhões de hectares, praticamente foi a mesma de 2007/2008 e se houve uma queda de 4,5% na produção, de 144,1 milhões de toneladas para 137,6

milhões de toneladas na atual safra, ela ocorreu basicamente pelos problemas climáticos, disse ele.

“Em setembro e outubro do ano passado, no auge da crise, estávamos preocupados com o financiamento da safra e com o nível de tecnologia utilizado no plantio. Quem comprou insumo no começo do ano pegou preços competitivos. No segundo semestre, os preços subiram muito e faltava crédito. Foi quando a crise internacional se agravou no País. Quem dependia de recursos das *tradings* enfrentou problemas”.

O secretário calcula em R\$ 37,1 bilhões o volume de crédito nesta safra, entre custeio e comercialização, contra R\$ 41,7 bilhões em 2008/2009, queda de 11,1%. E ressaltou que o crédito rural, que historicamente cresce mais que o de outros setores, hoje está crescendo menos que o destinado a outros setores, como habitação e comércio.

Dois fatores atrapalharam a aplicação do crédito rural na safra 2008/2009: a dificuldade de acesso aos recursos, por conta do endividamento, e a restrição por parte dos agentes financeiros, em consequência da crise global.

“Do lado do seguro rural, tivemos um ganho bem expressivo na safra passada. A área segurada saltou de 2,276 milhões de hectares, em 2007, para 7,5 milhões de hectares em 2009, enquanto o valor segurado deve chegar a R\$ 11 bilhões na atual temporada. Um instrumento importante do seguro rural é o zoneamento agrícola para diminuição do risco do produtor”, disse Guimarães.

O apoio à comercialização, por meio de aquisições e equalização de preços, somou R\$ 2 bilhões em 2007, caindo para R\$ 1,8 bilhão em 2008. Este ano, até o mês de abril, já foi aplicado R\$ 1,1 bilhão, com destaque para o milho, trigo e algodão.

A balança comercial do agronegócio já apresenta, no período de 12 meses findo em março, uma queda de US\$ 1,3 bilhão nas exportações e decréscimo de US\$ 600 milhões nas importações, como reflexo da crise.

Financiamento rural: recursos aplicados (julho-março), em bilhões de reais

| Fonte de recursos ou programas | 2007/08 | 2008/09 | Var (%) |
|----------------------------------|------------------|------------------|--------------|
| Custeio e comercialização | 41.765,70 | 37.114,30 | -11,1 |
| a Juros controlados | 29.759,80 | 30.716,90 | 3,2 |
| a Juros livres | 12.005,90 | 6.397,40 | -46,7 |
| Investimento | 5.187,20 | 7.067,70 | 36,3 |
| Programas do BNDES | 2.672,00 | 2.915,20 | 9,1 |
| Demais linhas/programas | 2.515,20 | 4.152,50 | 65,1 |
| Agricultura empresarial | 46.952,90 | 44.182,00 | -5,9 |

SOJA

Quebra da safra reduz os estoques

A menor produção na América do Sul traz o estoque mundial a 20% da demanda total. O incremento de área nos EUA será menor do que o esperado pelo mercado e ajuda a sustentação das cotações. A incerteza sobre a produção final na Argentina ainda é muito grande e pode derrubar fortemente o estoque mundial. Quase 20 milhões de toneladas de soja deixaram de ser produzidas na América do Sul nesta safra, devido não apenas à estiagem na Argentina, como também em algumas regiões do Brasil.

Esse foi o quadro apresentado pelo consultor Anderson Galvão, da Céleres, no painel sobre soja, que contou com a participação de José Norberto Freund, da Vision Grain, e de Pablo Adreani, da AgricPAC da Argentina.

Na avaliação de Galvão, o grande desafio para o produtor de soja é atravessar o curto prazo, onde há muitas dificuldades – escassez de crédito, custo de produção elevado e rentabilidade baixa – para tirar proveito das oportunidades a médio e longo prazos.

Para ele, os preços da soja buscam um novo patamar, mas é improvável que retornem aos níveis das décadas de 80 e 90. A recuperação dos preços em Chicago, porém, já cria condições para o produtor antecipar negócios da safra 2009/10. O preço da soja no auge da crise chegou a US\$ 7,50 o bushel, hoje está no patamar de US\$ 11 o bushel, com o câmbio na faixa de R\$ 2,10.

Galvão estima o dólar em R\$ 2 no final deste ano e recomenda ao produtor planejar bem a venda de sua safra para evitar surpresas. De maio até agosto, segundo ele, ocorrem os melhores momentos para compra e venda da soja da safra seguinte.

O produtor brasileiro acaba perdendo mais dinheiro por agir como especulador financeiro do que por conta da ação de doenças como a ferrugem ou das secas, alertou Galvão, para quem o mercado permanecerá nos próximos anos trabalhando “da mão para a boca”.

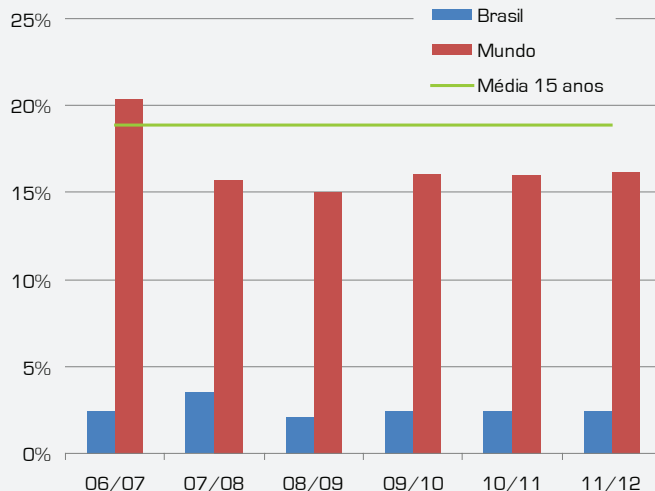
Segundo ele, a renda com a produção de soja voltou aos piores níveis dos últimos quatro anos, comprometendo novas expansões em 2009/10. A retenção de soja em 2009 está condicionada a apostas de alto risco com clima, produção, taxa de câmbio.

Projeta-se um crescimento marginal na área plantada em 2009/10, mas o crescimento da produção virá de ganhos de produtividade.

A safra 2009/10 promete boa rentabilidade, por conta da redução dos custos de produção (insumos principalmente) e da possibilidade de um novo cenário de preços. “O item que mais pesa na produção de soja é o fertilizante. E alguns componentes, como o fósforo, tiveram redução de preço, assim como os defensivos”, disse Galvão.

Na temporada 2008/09, segundo Galvão, o Brasil produziu cerca de 57,8 milhões de toneladas, com queda de 3,1%. “Os

Estoque de soja no Brasil e no mundo
[% sobre a demanda]



Fonte: Céleres, baseado em modelagem e projeções próprias. Nota: O estoque final Céleres difere de outras fontes devido ajustes no ano agrícola dos países



fundamentos da demanda são amplamente favoráveis. Mas existe um desafio de curto prazo para equacionar o caixa e realizar o plantio da safra 2009/10”.

Pablo Agreani, da Agripac, afirmou que a situação do mercado de soja em 2009 é muito ajustada, com estoques baixos. “A produção dos EUA não deve compensar a queda da safra na Argentina, o que aponta um cenário altista. Para 2009/2010, se o clima ajudar, a previsão é de uma colheita de 54 milhões de toneladas de soja, 22 milhões a mais do que em 2008/2009. Assim, a tendência é de queda dos preços”, disse.

“O forte esvaziamento do comércio mundial levou ao desaparecimento da demanda e trouxe uma insegurança enorme em toda a cadeia produtiva de soja. O quadro começou a melhorar a partir

de janeiro, quando o mercado iniciou o trabalho de reconstrução da demanda”, disse José Norberto Freund, da Vision Grain.

Crise

Na abertura do painel, Anderson Galvão apresentou um gráfico sobre o impacto das crises econômicas nos últimos 48 anos. “Ao contrário do que se imagina, as grandes crises nesse período não resultaram em fortes impactos negativos sobre o consumo mundial de grãos. Mesmo nos períodos em que alguma retração foi observada, como o primeiro choque do petróleo e a crise em Wall Street de 1987, a queda no consumo não chegou a 3,5% da demanda total”, afirmou.

Para Galvão, o Brasil é o país com o maior potencial para a expansão da agricultura e deverá ser fortemente beneficiado pelo crescimento da demanda por alimentos. O país tem áreas disponíveis, clima propício e tecnologia para agricultura tropical. “Em 1970, o mundo tinha 3,7 bilhões de bocas, em 2005 já havia 6,5 bilhões e, em 2015, estima-se 7,3 bilhões. Ou seja, quase 800 milhões de bocas entraram no mercado e alguém tem que alimentá-las”, destacou o consultor.

Ele acrescentou que em 38 anos, a disponibilidade *per capita* de grãos e oleaginosas aumentou apenas 26%, o que representa 0,6% ao ano. “Mal estamos conseguindo acompanhar o crescimento populacional, isso sem considerar o crescimento da renda.”

MILHO

Tendência é de alta

O maior ajuste entre oferta e demanda do produto, em consequência da quebra da safra, e a tendência de aumento das exportações brasileiras, contribuem para a sustentação dos preços do produto no mercado interno, na análise de André Pessoa, da Agroconsult, que prevê aumento entre 10% e 15% nas cotações até o final deste ano. O preço do milho-base Campinas (SP), na estimativa da Agroconsult, deve alcançar entre R\$ 25 e R\$ 26 a saca de 60 quilos.

Para a nova safra (2009/10), Pessoa projeta uma área próxima a de 2007/2008, quando o milho ocupou 9,3 milhões de hectares e deverá render cerca de 33,7 milhões de toneladas pela estimativa da Agroconsult. Com a perspectiva de bons preços para a soja, o milho pode perder parte do seu espaço na temporada 2009/10. Pessoa espera um crescimento de 1 milhão de hectares na área de soja.

O milho da safrinha este ano, segundo Pessoa, ocupou quase 5 milhões de hectares, superando as estimativas iniciais, que apontavam para 4 milhões de hectares. A quebra na safra precoce de soja abriu uma janela maior para o plantio de milho. A

Agroconsult trabalha com uma produção de 16,8 milhões de toneladas na safrinha, devido à seca no norte e no oeste do Paraná e em algumas áreas de Mato Grosso do Sul e Goiás.

Exportação

A Argentina, segundo Pessoa, deve reduzir sua exportação de milho este ano para 7,7 milhões de toneladas, ante 15,4 milhões de toneladas em 2008. A queda expressiva deve-se à seca nas principais regiões produtoras, que impediram a realização de boa parte do plantio.

Esse quadro abre perspectiva para o Brasil aumentar a sua exportação do cereal. Nos EUA, 33% da área do milho já estão plantados. A estimativa da Agroconsult é de uma área de 34,2 milhões de hectares, com produção de 303 milhões de toneladas, próxima a de 2008.

Durante o mês de abril, as precipitações acima da média no Meio-Oeste dos EUA atrasaram o plantio de milho, levando o produtor a migrar para a soja. As exportações dos EUA devem cair de 62 milhões na safra 2007/08 para cerca de 43 milhões de toneladas.

A evolução das vendas externas de milho deverá definir o seu plantio na próxima temporada. A Agroconsult projeta uma exportação de até 9 milhões de toneladas neste ano, acima das 6,4 milhões de toneladas exportadas em 2008, mas abaixo das 10,9 milhões de toneladas de 2007. Isto vai depender do apoio à comercialização por meio de leilões, facilitando o acesso do milho de Mato Grosso aos portos.

Na avaliação da Agroconsult, o plantio de milho transgênico deve crescer no Brasil nas próximas safras, em função dos custos de produção mais baixos (menor uso de defensivos).

A partir de setembro, na avaliação do analista, as vendas de milho brasileiro para o exterior devem se acelerar, diante da redução das exportações dos EUA e da Argentina.

Ao final desta safra, teremos 43 dias de estoque de milho, um nível razoável que não traz ameaça de desabastecimento. A boa notícia, segundo o analista, é a redução do custo de produção em cerca de 16%, devido à queda dos preços dos fertilizantes. O plantio do milho no Paraná está hoje em cerca de R\$ 430 o hectare.

Pessoa apresentou dados que mostram uma retração do consumo de milho para ração nos EUA, que caiu de 151 milhões de toneladas em 2007/2008 para cerca de 132 milhões de toneladas. A indústria de etanol de milho nos EUA produziu 34,1 bilhões de litros em 2008. Existem hoje nos EUA 169 usinas de etanol.

“Os subsídios à indústria de etanol devem continuar crescendo nos EUA, aumentando a demanda por milho, devido à força política dos agricultores e não pela eficiência do combustível”, disse Pessoa.

Aves e suínos

Para os suínos, a estimativa de Pessoa é de aumento de 10% nas exportações (582 mil toneladas) e de 2% na produção (3,1 mi-

Brasil: oferta e demanda de milho, em milhões de toneladas

| | 2003/04 | 2004/05 | 2005/06 | 2006/07 | 2007/08 | 2008/09 |
|----------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Oferta | 51,0 | 47,2 | 48,6 | 57,1 | 62,2 | 61,1 |
| Estoque inicial | 8,5 | 7,7 | 5,6 | 4,3 | 2,7 | 10,0 |
| Produção total | 42,1 | 38,9 | 42,1 | 51,7 | 58,7 | 50,3 |
| Importação | 0,3 | 0,6 | 1,0 | 1,1 | 0,8 | 0,8 |
| Demanda | 43,2 | 41,7 | 44,3 | 54,4 | 52,2 | 54,7 |
| Consumo animal | 27,5 | 29,9 | 30,3 | 32,0 | 33,7 | 33,9 |
| aves | 15,7 | 17,7 | 17,1 | 18,6 | 20,0 | 19,8 |
| suinocultura | 8,3 | 8,6 | 9,3 | 9,5 | 9,6 | 9,8 |
| outros animais | 3,5 | 3,6 | 3,8 | 3,9 | 4,0 | 4,3 |
| Outros usos | 10,7 | 10,7 | 10,2 | 11,5 | 12,1 | 11,8 |
| Exportação | 5,0 | 1,1 | 3,9 | 10,9 | 6,4 | 9,0 |
| Estoque final | 7,7 | 5,6 | 4,3 | 2,7 | 10,0 | 6,4 |

Fonte: Conab; IBGE; Sindicatos; Agroconsult

lhões de toneladas) neste ano. No caso da carne de frango, a Agroconsult trabalha com queda de 2% na produção, de 11 milhões de toneladas para 10,8 milhões de toneladas, e estabilidade nas exportações (3,6 milhões de toneladas).

Ele descarta uma queda de consumo de carne suína no mundo por causa da gripe A (H1N1). “No início, com a falta de orientação, a população acabou relacionando diretamente a gripe à carne suína. Mas a Organização Mundial de Saúde (OMS) mudou o nome da gripe, o que deve tranquilizar os consumidores”, disse Pessoa. “A retração no mercado de carne de frango é consequência da crise global, que restringiu o crédito às agroindústrias”, explica Pessoa.

ALGODÃO

Menor oferta pode elevar preço

A produção brasileira de algodão apresenta um ciclo importante de crescimento, que agora está em risco. Os custos de produção de algodão são muito altos e podem levar muitos agricultores a migrar para outras lavouras”, advertiu Marcelo Escorel Costa Filho, diretor da LDC (Louis Dreyfus Commodities). Segundo ele, apesar dos incentivos do governo por meio do Pepro (Prêmio Equalizador Pago ao Produtor), a cultura começa a se tornando inviável.

“Em algumas regiões do país, os agricultores estão testando novas alternativas, como o plantio adensado, para continuarem na atividade. O Brasil é o único país do mundo onde o agricultor tem que se preocupar não apenas com o plantio, mas também com o escoamento e a logística”, disse o diretor da LDC.

No caso do algodão, segundo ele, as *tradings* têm auxiliado direta ou indiretamente no financiamento dos insumos para o plantio, na logística e até no fluxo de caixa. “Os produtores de algodão têm que plantar a safra e vender o mais rapidamente possível. Eles não têm estrutura para carregar estoques.”

Segundo Escorel, a crise econômica prejudicou a liberação de crédito às indústrias, que acabaram queimando seus próprios estoques e reduzindo suas compras, o que resultou na elevação dos preços. As cotações do algodão foram as mais baixas dos últimos cinco anos. A tendência agora é de alta dos preços.

Pequena queda na produção e no consumo de algodão, com redução dos estoques de algodão no mercado interno. Este foi o cenário apresentado por ele para a temporada 2009/2010. Segundo Escorel, o desafio dos produtores brasileiros será manter a área de 848 mil hectares ocupada pelo algodão na safra 2008/2009, que já foi inferior à de 2007/08, quando foi plantado no Brasil 1,077 milhão de hectares.

Para 2009, a previsão de Escorel é de ligeiro aumento da demanda mundial. No mercado interno, os estoques ao final do ano devem somar 124 mil toneladas, inferior ao de 2008, que chegou a 148 mil toneladas. Em 2010, a projeção de Escorel aponta um estoque doméstico de 105 mil toneladas.

Custo do frete

“Apesar da crise, as indústrias brasileiras devem continuar investindo em máquinas para melhorar os níveis de produtividade. A crise passa. É preciso pensar no longo prazo”, alertou o diretor da LDC.

Marcus Menoita, da NovAgri, recomenda ao produtor maior atenção à logística para escoamento a safra. “A volatilidade do frete pressiona os custos do algodão”, afirmou. Ele calcula que a logística representa entre 10% e 15% do custo da safra. Outro fator que eleva os custos, segundo ele, é a sazonalidade.

“Com a concentração das vendas em um mesmo período do ano, o custo de frete sobe. O algodão compete no transporte com outras *commodities* como a soja”, explicou o diretor da NovAgri, que propõe a pulverização da venda do produto para reduzir o custo. “Os leilões de Pepro podem ajudar o produtor”, disse.

Antonio Vidal Esteves, da Interagrícola, comentou que a cadeia do algodão foi gravemente afetada pela crise global. A oferta menor e o crescimento da demanda devem dar sustentação

ao mercado este ano. Pelos cálculos do presidente da Interagrícola, por conta da China, o consumo mundial de algodão deve atingir 23,7 milhões de toneladas na safra 2009/10, contra 23,2 milhões de toneladas na temporada anterior, o que representa aumento de 2,2%.

A produção da nova safra deverá alcançar 23,3 milhões de toneladas, cerca de 400 mil toneladas a menos do que em 2008/2009. Mas o bom estoque mundial vai impedir o aumento dos preços, prevê Esteves.

Brasil: balanço da oferta e demanda de algodão (mil toneladas)

| | 2008 | 2009* | | 2010** | |
|-------------------|--------|--------|---------------|--------|---------------|
| | Volume | Volume | Var 09/08 (%) | Volume | Var 10/09 (%) |
| Estoque Inicial | 80 | 148 | 85 | 124 | -16 |
| Produção | 1.600 | 1.230 | -23 | 1.195 | -3 |
| Importações | 24 | 28 | 19 | 35 | 25 |
| Consumo Doméstico | 982 | 922 | -6 | 930 | 1 |
| Exportações | 574 | 360 | -37 | 320 | -11 |
| Estoque final | 148 | 124 | -16 | 105 | -16 |

* Estimativa. ** Projeção. Nota: Balanço entre os meses de Junho e Maio. Fonte: Anea/Secex



Estimativas

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) prevê uma nova redução na área e na produção de algodão na safra 2009/2010, que começa a ser plantada em setembro. Para os analistas da Conab, o cenário externo não é favorável para a comercialização de algodão, apesar da queda dos estoques mundiais.

Dois fatores contribuem para uma nova redução de área: o preço e as restrições à captação de crédito. A produção de algodão está concentrada em grandes propriedades, em torno de 500 a 600 em todo o País. São produtores de grande porte que necessitam de alto nível de investimentos para a safra.

As primeiras projeções da Conab indicam que os produtores de algodão podem reduzir em 15% a área cultivada em Mato Grosso e entre 5% e 7% na Bahia em 2009/2010. Os dois estados lideram o *ranking* da produção da fibra no País.

Na safra 2008/2009, a área plantada com algodão em Mato Grosso teve queda de 30%. A Bahia reduziu em 5% o seu plantio, segundo levantamento da Conab.

A Região Centro-Oeste, que na safra 2008/2009 respondeu por 55% da área cultivada no País, teve uma redução de 28% com relação à safra anterior. O Nordeste, segunda maior região produtora, com 40,8% da área total, registrou quase 7%, boa parte pela retração do plantio no oeste da Bahia.

AÇÚCAR E ÁLCOOL

Boas perspectivas no médio prazo

A pesquisadora Mirian Rumenos Piedade Bachi, do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), da Esalq/USP, apontou as dificuldades que o setor sucroalcooleiro deverá enfrentar no curto prazo. A falta de liquidez gerada pela crise financeira poderá acentuar as variações estacionais de preços e dificultar o abastecimento na entressafra. O setor sucroalcooleiro é grande usuário de capital de giro, lembra Miriam, e vai demandar recursos para a formação de estoques. Em 2009/10, entre 20 e 23 novas usinas devem entrar em operação no País.

Para a pesquisadora, a crescente demanda por etanol no mercado interno vai compensar uma possível queda das exportações do produto em 2009/10. Além da expansão da frota de veículos *flex fuel* (automóveis, comerciais leves e motos), ela citou os novos usos do produto pela indústria química, caso da Braskem, que iniciou este ano a produção de uma resina plástica a partir do álcool da cana-de-açúcar.

Mas, segundo Mirian Bachi, os fundamentos sólidos para os preços de açúcar no mercado internacional e doméstico e os reflexos positivos de seus preços sobre os de etanol vão ajudar o setor a enfrentar a crise.

A médio e longo prazos, as perspectivas são bastante promissoras para a expansão das exportações mundiais de etanol, uma vez que vários países deverão ter mandatos para o uso da mistura etanol/gasolina. A indústria sucroalcooleira também será beneficiada pelos ganhos de produtividade, que devem resultar na redução dos custos médios. Vale lembrar que os preços de açúcar e etanol vêm caindo nos últimos 30 anos graças à redução de custos.

O consumo de etanol na União Européia cresceu de 2,7 bilhões de litros, em 2007, para 3,5 bilhões de litros no ano passado. Cerca de 40% do etanol importado pela UE vêm do Brasil. Até 2020, a UE pretende que 20% da energia consumida no bloco sejam provenientes de fontes renováveis. Deste total, 10% no setor de transportes. O consumo previsto para 2020 é cerca de 15 bilhões de litros.

A pesquisadora recomenda aos agentes da cadeia produtiva participar ativamente das discussões internacionais destinadas a definir padrões de produtos e processos sustentáveis, tendo em vista evitar barreiras não-tarifárias.

Em sua palestra, a pesquisadora citou as estimativas de consultorias, *tradings* e entidades sobre a produção e consumo de açúcar e de álcool. “Todas diferem, mas apontam para uma desaceleração do setor sucroalcooleiro nos próximos anos”, disse.

Os dados da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar) prevêem uma safra de 550 milhões de toneladas em 2009/10, ante 504,9 milhões de toneladas na temporada 2008/2009.

O envelhecimento dos canaviais, com a redução da área de reformas, e a diminuição dos tratamentos culturais ao longo do último ano-safra devem provocar uma queda de 4% na produtividade. Os baixos preços da cana desestimularam os investimentos nas lavouras.

A produção de açúcar deve crescer 16,6%, de 26,8 milhões de toneladas em 2008/09 para 31,2 milhões de toneladas, na avaliação da Unica. A Datagro aposta num crescimento inferior, de 12,5%, enquanto a ED&FMan estima aumento de 18,5%. Para a Unica, o Brasil vai exportar 21,7 milhões de toneladas de açúcar, 4 milhões a mais do que na temporada 2008/09.

Brasil: estimativas para o ano-safra 2009-2010

| | 2008/09 | 2009/10 | Varição |
|------------------------------------|---------|---------|---------|
| Área plantada | 7,1 | 7,8 | 9,9% |
| Produtividade (t/ha) | 80,8 | 80,6 | -0,2% |
| Cana-de-açúcar (milhões de t) | 573 | 628 | 9,6% |
| Produção de açúcar (milhões de t) | 31,6 | 37,2 | 17,7% |
| Produção de etanol (milhões de m³) | 26,6 | 28,2 | 6,0% |
| anidro (milhões de m³) | 10,1 | 9,3 | -7,9% |
| hidratado (milhões de m³) | 16,6 | 18,7 | 12,7% |

Fonte: Conab

Dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), citados pela pesquisadora, indicam que a produção mundial de açúcar em 2009/2010 será de 158,8 milhões de toneladas, contra um consumo estimado em 162,1 milhões de toneladas. Há projeção de outras instituições e consultorias que prevêem queda de até 10% na produção.

Pelos números da Unica, a produção brasileira de álcool hidratado cresce 4,7%, saltando de 16,9 bilhões de litros em 2008/09 para 19,3 bilhões de litros, enquanto a de álcool anidro alcança 7 bilhões de litros, com queda de 15% em relação à safra 2008/2009, que rendeu 8,2 bilhões de litros. As exportações de álcool devem sofrer uma queda de 15,2% (de 4,2 milhões de litros cúbicos para 3,6 milhões). O *mix* de produção para Unica cai de 61% (etanol) para 57,9%, enquanto a Datagro avalia em 58,2% e a ED&FMan em 56%.

O coordenador do painel, Luiz Gustavo Junqueira Figueiredo, da Usina Alta Mogiana, acredita que o crescimento da demanda interna pode diminuir em até 1 bilhão de litros na safra 2010/11 a exportação da Região Centro-Sul. Figueiredo considera o cenário positivo para o setor. Até 2015, a frota de *flex fuel* deverá responder por 65% do total, ele diz. Com isso, o excedente de álcool para exportação deverá cair, aposta Figueiredo. Diante da manutenção da oferta do produto e do aumento da demanda interna, as vendas externas devem recuar.

Figueiredo prevê exportação entre 3 milhões e 3,3 milhões de litros na safra 2009/10, contra os 3,6 bilhões estimados pela Unica. “O cenário aponta para uma recuperação dos preços internos”, aposta Figueiredo.

Rogério Manso da Costa Reis, da Companhia Brasileira de Energia Renovável (Brenco), prevê bons preços também no mercado externo, apesar da queda dos preços do barril do petróleo. “O petróleo deve ficar entre US\$ 60 e US\$ 80 o barril, o que torna o etanol competitivo.

ano devem atingir entre 29 e 30 milhões de sacas, mas a receita pode cair até 15%, no caso do dólar ficar na faixa entre R\$ 2,20 e R\$ 2,40.

Esses números foram apresentados por Celso Vegro, pesquisador do Instituto de Economia Agrícola (IEA) da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Crescimento zero este ano, no máximo de 1%, é o que ele prevê para o consumo mundial de café, como reflexo dos altos e baixos da economia.

Vegro aponta como fatores baixistas o desemprego, que deve reduzir o consumo de café de maior valor agregado (fora do lar), o aumento da participação do tipo robusta nos blends e o verão no Hemisfério Norte, quando o consumo da bebida costuma cair.

O pesquisador apresentou algumas das projeções do mercado para o consumo de café este ano. Na hipótese mais otimista, de uma crise em “V” (bate e volta), a OIC estima um crescimento médio de 2,5% do consumo ante o de 2008, que girou em torno de 126 a 128 milhões de sacas. Já a empresa italiana Illycaffè prevê crescimento de 1% no consumo, apostando numa crise moderada. No cenário mais pessimista, de uma crise de longa duração, o consumo ficará estagnado ou até pode cair.

Para Vegro, a queda do PIB em importantes economias do mundo, a deflação e o desemprego já descartam o cenário mais otimista, que prevê aumento de 2,5% no consumo mundial de café. Mas ele considera que já há indícios na economia que também permitem descartar uma queda no consumo de café.

Diferentemente do que ocorre com os fertilizantes e defensivos, que têm preços mais baixos este ano, o que vai pesar mais no bolso do produtor é a mão-de-obra, devido ao reajuste do salário mínimo acima da inflação.

Na opinião do pesquisador do IEA, a implantação de um programa de leilões de opção de venda de café ao governo seria uma política inteligente, que deveria ser adotada todos os anos. Vegro defende também o alongamento das dívidas, que possibilitaria aos produtores investir nas lavouras.

Para Lúcio Araújo Dias, diretor da Cooxupé (Cooperativa Regional dos Cafeicultores em Guaxupé), o ânimo dos produtores é preocupante. “A maioria dos cafeicultores está desanimada. Faz muito tempo que eles não têm lucro com a venda do produto. Alguns pensam até em deixar a atividade.

Novos dados

A segunda estimativa de produção brasileira de café (arábica e conilon), para a safra 2009, divulgada no dia 7 de maio, aponta para uma colheita de 39,07 milhões de sacas de 60 quilos de café beneficiado, com queda de 15% em relação à produção de 46 milhões de sacas obtidas na temporada anterior.

Os principais fatores desse decréscimo, segundo a Conab, são o ciclo de baixa na maioria das áreas de café arábica, regime de chuvas bastante irregular e temperaturas elevadas e menor investimento nos tratos culturais, diante do alto custo de produção.

CAFÉ

Consumo pode crescer 1%

A produção mundial de café em 2009 deve ficar entre 123 milhões e 126 milhões de sacas de 60 quilos, em comparação a 134,16 milhões de sacas no ano passado. O estoque mundial deve atingir cerca de 29 milhões de sacas, o que equivalente a cerca de três meses de consumo no mundo. No ano passado, o estoque ficou entre 31,6 milhões e 33,7 milhões de sacas.

O estoque de café do governo brasileiro, 500 mil sacas em 2008, deverá ser recomposto este ano. Aquele em mãos da iniciativa privada (indústrias, exportadores e cooperativas), que foi estimado em 4 milhões de sacas em 2008, deve subir para 8 milhões de sacas este ano. As exportações brasileiras de café este



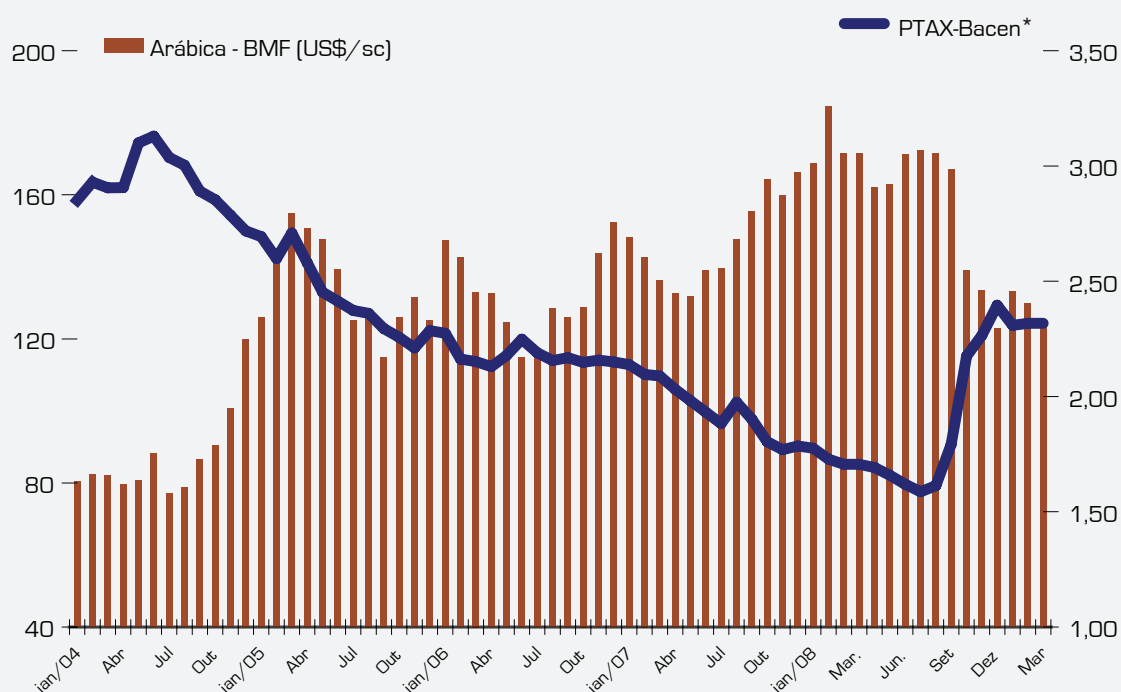
O café conilon (robusta) participa da produção nacional com 27,51% (10,75 milhões de sacas de café beneficiado). O estado do Espírito Santo se destaca como o maior produtor dessa variedade (70%).

A área total cultivada com café (arábica e conilon) está estimada em 2,342 milhões de hectares, pouco abaixo (-0,86%) à

da safra passada, o que corresponde a uma redução de 20.244 hectares.

As exportações brasileiras de café este ano (janeiro a abril) renderam US\$ 1,325 bilhão, resultado 6,34% inferior ao do mesmo período do ano passado. Em volume, as vendas tiveram queda de 8,8%, de 561 mil toneladas para 498 mil, segundo dados da Secex/MDCI.

Relação entre o câmbio (US\$/R\$) e o preço do café



Fonte: Gazeta Mercantil/Bacen

* Taxa de câmbio calculada ao final de cada dia pelo Banco Central do Brasil; é a taxa média adotada em todos os negócios com dólares realizados naquela data no mercado interbancário de câmbio com liquidação em D2 (dia útil mais dois dias úteis).

PECUÁRIA

Cresce o confinamento

A cotação do boi gordo deverá oscilar cerca de 10%, tanto para cima quanto para baixo, em relação à inflação. É o que diz Rogério Goulart, da Carta Pecuária, para quem o mercado ainda sofre a pressão da escassez de animais.

Goulart fez uma avaliação do ciclo pecuário de 2006 para cá. “Qual foi a razão do mercado ter subido entre 2006 e meados de 2008, para depois cair fortemente este ano? Foi o resultado do ciclo pecuário, consequência da atuação de duas forças: a redução do abate de fêmeas, que faz os preços subirem, e a da inflação, que força as cotações para baixo”, explica Goulart.

Segundo ele, estamos na fase intermediária do ciclo, que dura sete anos. O mercado está pressionado com a escassez de matéria-prima, mas não a ponto de os preços explodirem, a exemplo do que aconteceu entre 2006 e 2008.

“A queda do preço do bezerro aponta para um aumento da oferta, mas que por enquanto é incipiente. Será um fator baixista a partir de 2011. As exportações se equilibram e não forçam os preços para nenhum lado”, diz o consultor.

“Produzir gosta de produzir, gosta de estar no curral, apartando o gado. Mas quando chega no momento que o bezerro custa R\$ 300, como aconteceu em 2006, ele é obrigado a vender parte do seu plantel. Consequentemente, se você tem uma menor quantidade de vacas, terá menos bezerros um ano depois,

dois anos depois vai faltar garrote e três anos depois faltará boi gordo”, explica ele.

A pecuária é uma atividade lenta e até certa forma previsível. Você consegue antecipar movimentos de mercado. Hoje estamos abatendo menos vaca e isto causa pressão no mercado, porém bem menos do que há dois anos.

Hoje abate-se menos vaca e por este motivo o mercado está pressionado pela escassez de oferta, mas menos do que há dois anos. Estamos no meio de ajuste de participação por sexo.

Mas, qual é o efeito da crise de crédito na oferta de animais nessa entressafra? Segundo Goulart, as pesquisas indicam que haverá, no mínimo, estabilidade no confinamento em relação ao ano passado. Porém, o mercado não confirma a previsão. Quem já faz confinamento em sua estratégia de engorda, segundo ele, deve continuar. Todavia, as empresas que confinam gado com dinheiro de terceiros vão diminuir a oferta de animais. A falta de crédito deve afetar o confinamento, diante dos altos custos da atividade.

Já Celso Affonso Filho, do Grupo Bertin, aposta em alta dos preços no segundo semestre. “Os confinadores precisam acertar suas margens”, diz. Nas próximas semanas, segundo Affonso Filho, os contratos com vencimento em outubro, pico da entressafra, devem atingir R\$ 90 a arroba.

Para Fábio Dias, da RB Capital, o confinamento este ano será um pouco maior do que em 2008. Dados da Assocon (Associação dos Confinadores) indicam aumento de apenas 6% no número de animais confinados. “Os criadores já compraram 75% do gado que será confinado, percentual acima do ano passado”.



TENDÊNCIA

O novo eixo da economia mundial

A mudança do eixo da economia mundial dos EUA para a Ásia, uma das principais consequências da crise global, deverá gerar uma forte demanda por *commodities* agrícolas, favorecendo o Brasil. “Por causa desta mudança, sem que a gente tenha que fazer nada, por pura sorte, o Brasil terá nos próximos anos uma taxa de crescimento de cerca de 5%, o dobro da média dos últimos 25 anos”, disse o economista Ricardo Amorim, da Ricam Consultoria, na conferência de encerramento do seminário. Segundo ele, os próximos cinco anos serão muito parecidos com os últimos cinco anos para o Brasil e para os países emergentes.

“Há dez anos vem acontecendo uma mudança fundamental na economia, mas a maioria de nós não percebeu a sua magnitude. O eixo da economia mundial saiu dos países tradicionais (Estados Unidos, os da Europa e o Japão) e se mudou para a Ásia, principalmente para a Índia e para a China. O mito da dominância americana e européia nasceu de uma realidade que durou séculos e nos parecia eterno. Mas, do ponto de vista econômico e financeiro isso vem deixando de ser verdade. Aliás, já deixou de ser verdade em alguns aspectos”.

Amorim disse que a pandemia do momento é a depressão, e não a gripe A (H1N1). “Tudo o que se vê na mídia é crise, crise, crise. Este ano não está sendo fácil, mas tudo o que se viu até agora é pouco em relação ao que vem pela frente, principalmente no mercado financeiro.”

Segundo o economista, não é coincidência o fato de a crise ser mais séria nos países desenvolvidos do que nos emergentes. Nos próximos anos, a instabilidade maior acontecerá nos EUA, na Europa e no Japão. Os Estados Unidos e a Europa não são mais fontes de solidez da economia mundial, mas de fragilidade e crises. O sistema financeiro americano hoje é frágil e dependente do capital dos países emergentes.

Nos próximos anos, vamos ver uma forte demanda por alimentos

“O capital humano sempre foi uma vantagem competitiva dos países desenvolvidos. EUA e Europa, por terem sistemas educacionais de excelência, sempre tiveram capacidade de atrair os melhores cérebros do mundo. Mas isso também está mudando. Nos últimos três anos, caiu muito o número de estudantes estrangeiros nos EUA. Eles não estão conseguindo mais segurar os grandes talentos”, disse Amorim.

As oportunidades de negócio hoje no Brasil são melhores do que as existem nos EUA, acrescentou o economista. Mas ainda assim a maior parte das inovações tecnológicas ainda vem de lá.

Bolha imobiliária

Amorim prevê grandes transformações na economia mundial como resultado da crise global. Depois de séculos de dominância econômica, há uma concentração de riqueza nos EUA e na Europa. Essa é uma vantagem que ainda se mantém. “O dinheiro continua lá, mas a importância do capital entre os fatores produtivos diminuiu. Capital deixou de ser recurso escasso para a produção. A taxa de juros despencou no mundo inteiro, embora no Brasil ela continue elevada”.

“Tirem da cabeça que país desenvolvido é igual a estabilidade e que país emergente é sinônimo de instabilidade. Hoje eles olham para a gente como nós olhávamos para eles anos atrás”.

Na avaliação de Amorim, o grosso da economia mundial passou a estar na Índia e China, que têm duas características: são países ultra-populosos e muito pobres. Assim, o tipo de produto que o mundo passou a precisar também mudou. Passou a ser produto básico, *commodities*, principalmente alimentos. “Estejam preparados. Nos próximos anos vamos ver uma forte demanda por alimentos no mundo”, disse o economista.

Ele citou o exemplo do aparelho de TV de plasma, que oito anos atrás custava cem vezes mais do que hoje. Enquanto isto, o preço do barril do petróleo está cinco vezes mais caro. Isto transfere a riqueza de quem faz TV de plasma para quem produz *commodity*.

“Houve um processo de redução da inflação nos últimos anos. Um dos fatores foi a globalização. A China inundou o mundo de produtos cada vez mais baratos. Muitos serviços dos EUA foram terceirizados para a Índia. E quando se transfere a produção para países onde os custos são mais baixos, a inflação cai. Com inflação baixa, a taxa de juros despenca e o crédito fica mais barato”, explicou Amorim.

Quando a taxa de juros caiu, segundo ele, os bancos concentraram suas apostas e estruturas financeiras no setor imobiliário. Foi aí que começou a surgir a bolha imobiliária. Na China, a população saiu do campo para trabalhar na indústria. Esse processo se acelerou e provocou a alta dos preços dos alimentos no mundo.

“Vale dizer que na China, metade da inflação é preço da comida. Ao acelerar o ritmo da migração, o custo de vida subiu, e o preço da mão-de-obra chinesa ficou mais alto. Resultado: os produtos chineses começaram a encarecer, juntamente com alta dos alimentos. O crescimento da inflação do mundo elevou a taxa de juros e a bolha imobiliária estourou”, disse Amorim. “Nada é mais propício para formar bolha do que muitos anos com inflação em baixa”, disse Amorim.

Na avaliação do economista, o Brasil será favorecido pela crise. “O que a gente vende ficou e ficará mais caro, e o que a gente importa, capital, ficou e ficará mais barato. Estejam preparados para um novo ciclo de alta das *commodities*”, avisou Amorim.

Década perdida

Em sua exposição, Amorim mostrou que nas décadas de 80 e 90 os países emergentes passaram a crescer a taxas equivalentes a dos países desenvolvidos. “As grandes desacelerações da economia mundial foram maiores nos países desenvolvidos do que nos emergentes, porque todas elas estão associadas a elevação dos preços de *commodities*”, acrescentou.

Citando dados do FMI, Amorim disse que o PIB dos EUA e da Europa deve cair nos próximos anos. Talvez não haja uma queda, mas esses países não devem crescer nos próximos anos. Dez anos atrás, os EUA e a Europa representavam o grosso da economia mundial. Nos últimos cinco anos, a contribuição da América Latina tem sido tão grande quanto a dos EUA e dos países europeus.

De acordo com os números apresentados pelo economista, até o final do milênio passado dois terços do crescimento do mundo vinha dos países desenvolvidos. A partir de 2000, a tendência se inverteu, e hoje os emergentes estão na frente.

“Hoje, empresas brasileiras estão comprando companhias nos EUA. A Friboi comprou a Swift, a Vale comprou várias companhias americanas, a Gerdau também, o Banco Itaú comprou as operações do BankBoston no Brasil e por aí vai. Nunca na história do mundo isso havia acontecido”, disse Amorim.

Nos últimos dez anos, segundo ele, a China tem representado entre 23% e 30% do crescimento do mundo, ante 8% a 13% dos EUA. Ou seja, a China tem sido de dois a quatro vezes mais importante do que os EUA para o PIB mundial. A Índia nos últimos quatro anos tem representado 9% do crescimento mundial, enquanto o Brasil entre 2% e 4%, acima da participação do Japão.

Para Amorim, os próximos anos serão marcado por forte demanda nos países emergentes; antes da crise, o crescimento de produção estava nos emergentes, mas quem consumia eram basicamente os americanos e os europeus. Daqui para a frente, o consumo será primordialmente de indianos e chineses. Portanto, haverá uma mudança no perfil dos produtos. Serão bens voltados para as classes de menor poder aquisitivo: alimentos, energia e material de construção.

Nova potência

China e Índia começaram a crescer em 1979, lembra o economista. Mas deverão sustentar o ciclo de crescimento por muitos anos, porque começaram a partir de um nível baixo e são países de grande população.

No Brasil, a média de crescimento entre 1900 e 1979 foi de 7%. “Se a gente tivesse mantido essa média durante os anos 80, teríamos hoje uma renda *per capita* mais alta do que a da Fran-

ça. A década de 80 não foi uma década perdida, perdemos uma geração, disse Amorim.

“A China é que vem determinando o que acontece no mercado de *commodities*”

Quando a China cresce muito, os preços sobem. A China vai continuar crescendo, o consumidor chinês não está endividado e ficou séculos sem consumir. Tudo é mais barato na China. Daqui há dez anos, a China vai ser a maior economia mundial”, aposta Amorim.

Ele lembra que nas décadas de 70 e 80, quando ocorreram os dois choques do petróleo, o Brasil era importador da *commodity*. O preço do petróleo disparou, e o Brasil se endividou. Nos últimos anos, o Brasil reduziu fortemente sua dependência externa de petróleo.

“Depois do pré-sal, o Brasil potencialmente se tornará um dos maiores exportadores de petróleo do mundo. Digo potencialmente, porque para tirar o petróleo do chão, o País terá que fazer um investimento brutal. Mas o Brasil não tem esse dinheiro e vai precisar atrair investimento externo, algo em torno de US\$ 600 bilhões. Com isso, o real vai se apreciar. Só que para iniciar a exploração é preciso que o preço do petróleo esteja alto. Se não estiver a conta não fecha”, disse o economista.

Para Amorim, a crise abre grandes oportunidades para o Brasil, principalmente para o agronegócio e para os biocombustíveis. “Nenhum outro país do mundo tem tanta área como o Brasil para ser plantada. E isso sem precisar tocar na Amazônia”, disse ele.

Soja em alta

Ele destacou que haverá um forte crescimento da demanda por produtos do complexo da soja, principalmente da China. Para este ano, o crescimento do PIB brasileiro estará próximo de zero, mas com retomada da economia a partir do segundo semestre e a aceleração no primeiro semestre de 2010, devido à recuperação de demanda e alta dos preços das *commodities*, o economista prevê uma queda do dólar em relação ao real, inflação mais baixa e redução da taxa de juros, com recuperação do crédito.

“A mudança de eixo da economia mundial para a Ásia e para os países emergentes causará, nos próximos anos, novo ciclo de crescimento sustentado no Brasil, similar ao de 2003-2008. Fundamentos econômicos sólidos criam oportunidades excepcionais de negócios e ganhos de *market share* no Brasil”, disse o economista.

Amorim ressalva, porém, que setores dependentes de crédito (imobiliário, automobilístico, eletrodomésticos e eletroeletrônicos) e de renda agrícola terão um ano difícil, mas ótimas oportunidades nos próximos anos. O consumo de massa, segundo ele, continuará a crescer mais rapidamente do que resto da economia.

Pecuária de leite

Relação de troca desfavorável

Alziro Vasconcelos Carneiro¹Glaucio Carvalho²Luiz Carlos Takao Yamaguchi³

OS PRODUTORES de leite atravessam um momento difícil, bem diferente daquele vivenciado em 2007 e início de 2008. Os preços internacionais e domésticos recuaram e os custos de produção subiram. Com isso, a relação de troca deteriorou-se bastante e, conseqüentemente, a produção de leite desacelerou.

O ano de 2008 iniciou-se com os preços internacionais de leite relativamente elevados. Como havia preocupação com a inflação de alimentos, a política monetária era mais restritiva. As exportações de lácteos mantinham um ritmo aquecido, apesar da taxa de câmbio valorizada e da expansão na oferta interna de leite. Os custos de produção estavam em trajetória ascendente, sobretudo na esteira do incremento dos preços da alimentação do rebanho, ou seja, concentrado, sal mineral, compra e produção de volumosos.

No segundo semestre, o cenário econômico mudou, na esteira da crise do mercado imobiliário nos Estados Unidos. O excesso de liquidez deu lugar à escassez de crédito. A crise contaminou a Europa e foi se espalhando para as demais economias, atingindo todo o mundo em diferentes intensidades.

No mercado internacional, os preços do leite em pó despencaram e voltaram ao patamar de 2005. No Brasil, o preço do leite ao produtor fechou março cerca de 15% abaixo do que estava em março do ano passado. Em Minas Gerais, principal produtor do País, a queda foi de 19%, enquanto o custo de produção subiu 9,7%. Portanto, o produtor passa por um período

de difícil, com margens apertadas e, em muitos casos, negativas.

Na verdade, o período favorável foi muito curto, com a duração de apenas uma safra. Para agravar a situação, alguns produtores se endividaram na aquisição de animais, máquinas e outros investi-

recebido pelo produtor (IPR) e o índice de preço pago (IPP). Quando o IRT está acima:

- De 100 significa que o produtor de leite encontra-se relativamente em melhor situação. É um indicativo de que os preços recebidos pelo leite

Quatro momentos distintos

Primeiro: de abril/06 a março/07, quando houve alternância de situações entre favorável e desfavorável para o produtor de leite, embora sem oscilações bruscas. Nesse período, tanto os preços do leite quanto os custos de produção estiveram relativamente alinhados, com ligeira piora no início de 2007 devido à queda nos preços de leite e elevação dos custos de produção, sobretudo no âmbito da alimentação do rebanho.

Segundo: de abril/07 a setembro/07, quando o IRT esteve sempre favorável ao produtor de leite, atingindo o pico de 141 no último mês. Esse desempenho foi fortemente influenciado pelo incremento dos preços do leite. Enquanto os custos de produção subiram 6,7% no período, os preços do leite registraram valorização de 47,6%.

Terceiro: de outubro/07 a agosto/08. Apesar do IRT se manter em posição favorável, verifica-se uma trajetória declinante, influenciado tanto pelo recuo nos preços do leite quanto pelo incremento nos custos de produção.

Quarto: iniciou em setembro/08 com a relação de troca sendo desfavorável ao produtor. Com o agravamento da crise financeira internacional os preços do leite caíram 19% entre agosto e novembro. Somente em fevereiro de 2009, as cotações voltaram a subir, mas longe de levar a relação de troca para uma situação favorável, até porque os custos não cederam.

mentos. A previsão era de que os preços continuariam a remunerar a atividade o suficiente para liquidar as dívidas.

Na Figura 1 pode ser observada a evolução do índice de custo de produção de leite (ICPL Leite/Embrapa) e do índice de preço recebido pelos produtores.

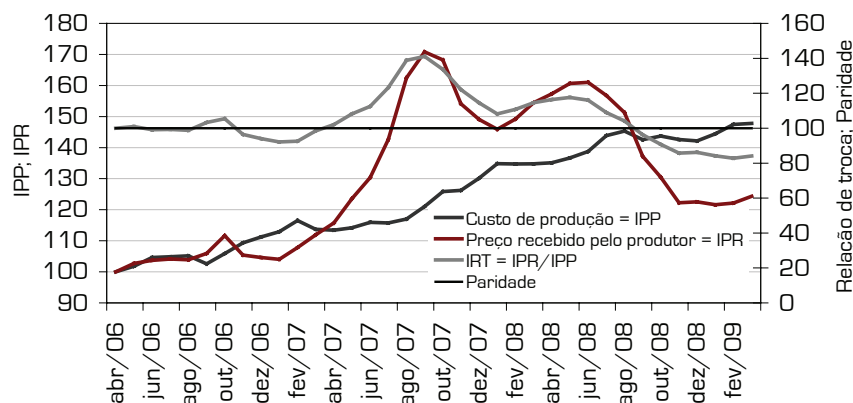
O índice de relação de troca (IRT) resulta da razão entre o índice de preço

crestem acima dos preços pagos pelos insumos e serviços;

- Da paridade indica que o produtor encontra-se em situação favorável, indicado que o preço recebido pelo leite foi maior que o preço pago pelos insumos e serviços e vice-versa.

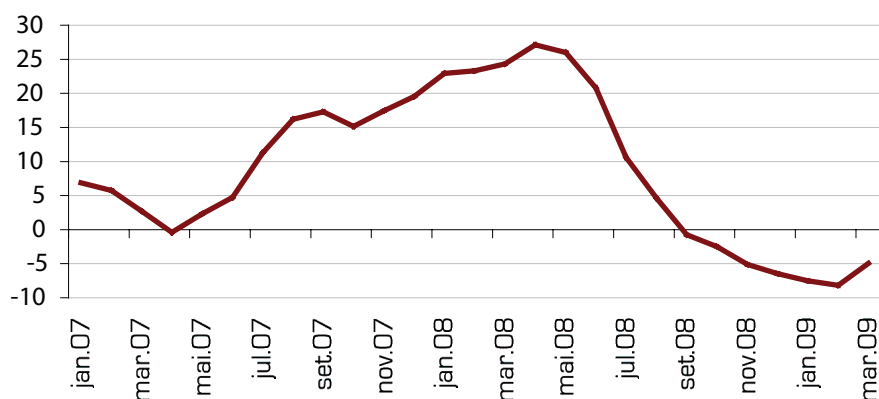
Quando se verifica o comportamento dos principais grupos de insumos com-

Minas Gerais: índice de custo de produção de leite, preço pago ao produtor e relação de troca (IRT) (abril/2006=100)



Fonte: Embrapa Gado de Leite.

Índice de captação de leite: crescimento em relação ao mesmo mês do ano anterior (%)



Fonte: Cepea. Elaboração: Embrapa Gado de Leite.

ponentes do custo de produção, chama a atenção que apenas a energia e o combustível registraram queda de preços. Os grupos com maior valorização no período foram sal mineral, concentrado, mão-de-obra e reprodução, todos com aumento superior ao do preço do leite.

Em termos reais, deflacionado pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas, pode-se verificar que, enquanto o custo de produção subiu 22,4% no período, o preço do leite aumentou apenas 3,0%. Sal mineral e concentrado, que juntos respondem por quase 60% do custo em questão, tiveram valorização real de 47,2% e 40,6%, respectivamente.

O reflexo dessa piora na rentabilidade do produtor de leite não poderia ser outro que não a redução dos gastos. De

fato, após a euforia de 2007 e do início de 2008, com expansão na oferta de leite, a produção vem se desacelerando. Desde outubro do ano passado, o crescimento do mês em relação ao mesmo mês do ano anterior está negativo, o que ilustra a perda de fôlego do produtor em manter inalterado o manejo do rebanho. No primeiro trimestre de 2009, a queda na oferta de leite foi de 7,3% em relação ao mesmo trimestre de 2008.

Essa retração na oferta, de outro lado, tem ocasionado pequenos reajustes no preço do leite, com tendência a continuar nos próximos meses, atenuando a situação desfavorável da relação de troca. Ainda assim, o ano continuará difícil para os produtores. Os custos de produção não dão sinais de enfraquecimento. Ao contrário, no mercado de grãos destacam-se uma forte seca na Argentina, prejudicando a produção de milho e soja e um apetite chinês acentuado no mercado de soja. Por fim, observa-se o retorno dos fundos de derivativos para posições compradas nestas *commodities*, o que também impulsiona – ou pelo menos contribui para – a sustentação dos preços. ■

1 Analista da Embrapa Gado de Leite

2 e 3 Pesquisadores da Embrapa Gado de Leite

Minas Gerais: índice de custo de produção de leite e grupos: variação nominal e real de abril/2006 a março/2009

| ICPL Leite/Embrapa | Pesos | Variação acumulada (%) | |
|-----------------------|-------|------------------------|-------|
| | | Nominal | Real |
| Item | 100,0 | 47,8 | 22,4 |
| M-D-O | 8,5 | 52,7 | 26,5 |
| Volumoso | 21,0 | 11,3 | -7,8 |
| Concentrado | 57,5 | 69,7 | 40,6 |
| Sal Mineral | 2,2 | 77,8 | 47,2 |
| Sanidade | 4,4 | 8,1 | -10,5 |
| Reprodução | 1,5 | 26,6 | 4,8 |
| Energia e Combustível | 3,6 | -6,6 | -22,6 |
| Qualidade do Leite | 1,2 | 14,2 | -5,4 |
| Preço do leite | | 24,3 | 3,0 |

Fonte: Embrapa Gado de Leite

* Deflacionado pelo IGP-DI da FGV.

Monitoramento por Satélite

20 anos de gestão territorial do agronegócio

Evaristo Eduardo de Miranda¹

As origens

A história da Embrapa Monitoramento por Satélite, que festeja 20 anos neste mês de maio, teve início no alto sertão de Pernambuco. No final dos anos setenta, a Embrapa estruturou equipes de pesquisadores para trabalhar com as dimensões territoriais da agricultura em seus centros regionais. Eu concluí meu doutoramento em ecologia, na França, sobre a relação entre desequilíbrios ambientais e agrícolas, e fui contratado pela Embrapa para trabalhar no Centro Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido – Cpatsa.

Assumi a responsabilidade do Programa Nacional de Pesquisa de Avaliação dos Recursos Naturais e Sócio-Econômicos do Trópico Semi-Árido – PNP 027 e dei início à montagem de um pequeno laboratório de sensoriamento remoto,

apoiado por uma mapoteca. A resolução das imagens orbitais era da ordem de 70 a 90 metros. Mesmo assim, essas informações já eram um grande aporte ao conhecimento da região semi-árida e de sua agricultura.

Atuando em todo o Nordeste, o laboratório contribuiu para a identificação e o mapeamento de áreas com potencial de irrigação, das regiões propícias ao cultivo da soja, da repartição espacial dos pequenos agricultores para os Programas de Desenvolvimento Rural Integrado – PDRI, financiados pelo Banco Mundial, das diversas unidades de caatinga, do zoneamento agroecológico do Nordeste, dos recursos hídricos superficiais entre outras.

Entre 1980 e 1984, o PNP 027 desenvolveu uma centena de projetos de pesquisa

em todos estados do Nordeste, em colaboração com mais de 700 pesquisadores do Sistema Cooperativo de Pesquisa Agropecuária, de Universidades Estaduais e Federais, das empresas estaduais de pesquisa e de outras instituições nacionais e estrangeiras como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, as Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola – Cepas, associações do agronegócio entre outras.

Em junho de 1985, o laboratório recebeu a visita do presidente José Sarney, que viera “aconselhar-se junto às águas do Rio São Francisco”, no início do seu mandato. Ele interessou-se pelas aplicações desse monitoramento da agricultura e ampliou um contato embrionário existente entre a Presidência e a equipe. Na ocasião, definiu-se o uso dessas tecnologias em ques-

tões de impacto ambiental da agricultura, no recém-renomeado Centro Nacional de Pesquisa de Defesa da Agricultura – CNPDA, em Jaguariúna, SP.

Um laboratório transferido para Jaguariúna

Em 1986, com a transferência para Jaguariúna, o laboratório começou a estruturar-se em termos de equipamentos e pessoal. Parte da equipe de Petrolina foi transferida para a unidade, com outros técnicos da Embrapa vindos de Brasília e recebeu o seu primeiro

Acervo Embrapa



Sistema de Tratamento de Imagens – Sitim.

No Rio Grande do Sul, a equipe deu início a um projeto piloto de cadastro vitícola na região de Bento Gonçalves com a Embrapa Uva e Vinho e o Conselho da Vitivinicultura do Ministério da Agricultura. Também colaborou na definição e delimitação do Parque Nacional de Fernando de Noronha, sendo responsável pela inclusão da parte terrestre do arquipélago no projeto, inicialmente concebido apenas como parque marinho.

A Presidência da República solicitou à equipe diversas ações: monitoramento orbital de queimadas; detecção de pistas de garimpeiros na região dos índios ianomamis; avaliação dos impactos da colonização agrícola ao longo da BR-364; acompanhamento do Programa Calha Norte; criação de novas unidades de conservação na faixa de fronteira; monitoramento da expansão agrícola nos cerrados, a delimitação da primeira reserva extrativista do Alto Juruá no Acre; apoio ao Projeto de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas – Pmaci no Acre no BID, em Washington.

A criação da Embrapa Monitoramento por Satélite

No final de 1988, o jornalista Rodrigo Mesquita, assessor da unidade, levou estudos sobre questões agrícolas, ambientais e de ordenamento territorial, elaboradas pela equipe, ao presidente José Sarney. A Presidência estruturou uma ampla revisão da política ambiental e territorial, e das instituições envolvidas. A equipe da Embrapa coordenou o grupo interministerial 3, voltado para a temática do monitoramento territorial. Esse esforço concretizou-se no Programa Nossa Natureza.

O programa revisou e propôs uma nova legislação ambiental, extinguiu o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, a Secretaria de Meio Ambiente – Sema, a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca – Sudepe, unificou esses órgãos e criou o Instituto Brasileiro de Recursos Renováveis e Meio Ambiente – Ibama.

No âmbito do Programa Nossa Natureza, o presidente José Sarney enviou, em maio de 1989, um memorando presidencial ao Ministro da Agricultura, Íris Rezende, recomendando a criação de uma unidade de serviços de monitoramento territorial pela Embrapa, tendo como núcleo inicial a equipe e os equipamentos do laboratório de sensoriamento remo-

obras do PAC para a Casa Civil e a infraestrutura da agroenergia para o Gabinete de Segurança Institucional, apoia o Ministro da Agricultura em diversas temáticas e, principalmente, com estudos sobre o alcance territorial da legislação ambiental e indigenista e seus impactos sobre a agricultura. Como escreveu recentemente o ministro da Agricultura,



to do CNPDA. A diretoria da Embrapa criou então o Núcleo de Monitoramento Ambiental e de Recursos Naturais por Satélite – NMA, em Campinas, em 31 de maio de 1989, hoje Embrapa Monitoramento por Satélite.

Um instrumento estratégico do Estado e da agricultura brasileira

Somente 20 anos depois, em 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva inaugurou, em 4 de março, a nova sede da Embrapa Monitoramento por Satélite, acompanhado de cinco ministros e diversas autoridades. Ao festejar seus 20 anos, a Embrapa Monitoramento por Satélite participa ativamente da gestão territorial do agronegócio, monitora as

Reinhold Stephanes, “com racionalidade e embasamento científico, a unidade tem contribuído para o debate e a gestão pública de temas essenciais para a consolidação do agronegócio. Com o apoio da Embrapa Monitoramento por Satélite, o governo brasileiro discute, internamente e no âmbito internacional, assuntos relacionados às emissões de carbono; ao uso e à ocupação de terras na Região Amazônica; ao alcance da legislação ambiental; assim como as contribuições da agricultura brasileira à matriz energética e à redução dos gases de efeito estufa.” Em face dos desafios da gestão territorial do agronegócio, a unidade projeta um novo horizonte institucional e de parcerias para os próximos 20 anos.

Fotos: Acervo Embrapa



O monitoramento por satélite da agricultura em números

José Roberto Miranda²

Criado em 1989, o Centro Nacional de Pesquisa de Monitoramento por Satélite, conhecido pelo nome-síntese de Embrapa Monitoramento por Satélite, tem por missão apoiar a gestão e o monitoramento territorial da agricultura brasileira. Ele ocupa instalações de 6 mil m², construídas em terreno cedido pelo Exército Brasileiro, em Campinas, SP. Seu quadro de pessoal é formado por 21 pesquisadores

com doutorado, 12 profissionais da área de tecnologia da informação, oito da área de comunicação social e transferência de tecnologia e 21 da área administrativa. O centro desenvolve atualmente mais de 20 projetos de pesquisa e prestação de serviços e já elaborou uma centena de sistemas de gestão e monitoramento territorial para a agricultura e o agronegócio, desde a escala local até a planetária.

Dentre os principais sistemas de gestão e monitoramento territorial da agricultura desenvolvidos estão: Monitoramento Orbital de Queimadas; Sistema de Gestão Territorial da Faixa de Fronteira para

Defesa Agropecuária; Brasil Visto do Espaço; Brasil Visto em Relevo; Sistema de Gestão Territorial da Abag-RP; Dinâmica das Florestas no Mundo: de 8.000 BP até os dias de hoje; Protótipo de Geodécisão em Rastreabilidade Animal; Zoneamento e Aptidão Agrícola do Maranhão; Mapeamento e Estimativa da Área Urbanizada do Brasil; Rede Social de Colaboração, Conhecimento e Negócios em Agroenergia; Monitoramento por Satélite das Obras do PAC e de Seus Impactos; Alcançe Territorial da Legislação Ambiental e Indigenista e outros.

Com uma média de mais de 150.000 hits diários em seu site, suas informações científicas beneficiam milhões de usuários no Brasil e no Exterior, além de mais de 2.000 parceiros e clientes diretos. Graças à prestação de serviços, à participação em editais competitivos, à negociação de contratos com o setor público e privado, a Embrapa Monitoramento por Satélite captou cerca de 30 milhões de reais ao longo de sua história, gerou mais de 100.000 mapas e publicações e foi objeto de mais de 5.000 reportagens em centenas de órgãos de mídia. ■



1 Doutor em ecologia, chefe-geral da Embrapa Monitoramento por Satélite.

2 Doutor em ecologia, chefe adjunto de Comunicação e Negócios da Embrapa Monitoramento por Satélite.

www.cnpm.embrapa.br

Estados Unidos

Plano para o etanol

O GOVERNO dos Estados Unidos anunciou um ambicioso plano de US\$ 1,9 bilhão, com o objetivo de disseminar a produção e a distribuição do álcool combustível no país, sendo que o:

- Departamento de Energia norte-americano disponibilizará US\$ 786 milhões do pacote de estímulo econômico aprovado pelo Congresso;
- Departamento de Agricultura suprirá US\$ 1,1 bilhão para áreas do setor contempladas na Farm Bill (o orçamento do setor agrícola).

O alcance das medidas visa: (i) aumentar a disponibilidade de etanol nos postos; (ii) incrementar a produção de veículos flex e (iii) ajudar os produtores atingidos pela crise e queda dos preços.

Já em 2007, o Congresso dos Estados Unidos tinha um requerimento para quadruplicar, até 2022, a adição de álcool e outros biocombustíveis à gasolina consumida no país. Na ponta do consumo, os norte-americanos pretendem adicionar 20% de álcool à gasolina até 2017.

Estados Unidos: demanda e cota de biocombustíveis (bilhões de litros)

| Ano | Demanda de etanol | Cota de biocombustível* |
|------|-------------------|-------------------------|
| 2008 | 34 | 2,2 |
| 2022 | 136 | 80,0 |

* Meta da lei de combustíveis renováveis.

Dos 136 bilhões de litros de combustíveis renováveis exigidos pelo Congresso para serem misturados à gasolina até 2022, 21 bilhões devem provir de biocombustíveis avançados.

Para se ter uma idéia do tamanho do mercado americano, o Brasil consumiu, em

2008, 105,9 bilhões de litros de combustíveis, incluindo todas as suas modalidades.

Ainda não há nenhuma medida no sentido de revogar a taxa sobre o produto brasileiro exportado para o mercado americano. O ingresso do etanol brasileiro é difícil nos Estados Unidos devido à sobre-taxa de US\$ 0,54 por galão (3,78 litros) que o país impõe sobre o produto brasileiro.

Mas, novidades poderão surgir em futuro próximo. O presidente Barack Obama mostra sua posição para tornar o setor de biocombustíveis mais “limpo” e estimular a produção de etanol a partir de cultivos não-alimentícios. Para isso, foi montado um Grupo de Trabalho Interagencial para os Biocombustíveis, encabeçado pelos secretários de Proteção Ambiental, Energia e Agricultura. Sua tarefa consistirá em identificar políticas que possam tornar os biocombustíveis menos nocivos ao meio ambiente e estimular a produção de automóveis flex, capazes de rodar com gasolina ou etanol.

Hoje, Brasil e Estados Unidos são responsáveis por pouco mais de 70% do álcool produzido no mundo (no caso norte-americano, de milho; no brasileiro, de cana-de-açúcar). ■

Etanol de milho vs de cana

Pelas novas regras exigida pela Lei de Independência e Segurança Energética nos Estados Unidos, para ser qualificado apenas de “renovável”, o combustível precisa reduzir em pelo menos 20% a emissão de poluentes.

Para que um biocombustível seja classificado como avançado suas emissões de gases causadores do efeito estufa devem ser pelo menos 50% menores do que as emissões associadas à gasolina comum. As emissões de novas fábricas de biocombustível devem ficar pelo menos 20% abaixo das emissões da gasolina comum.

A Agência de Proteção Ambiental, a Secretaria de Agricultura e a de Energia anunciaram as novas referências, segundo as quais o etanol de milho reduz em 16% as emissões de poluentes (em comparação à gasolina), enquanto o de cana reduz em 44%. Esses índices levam em conta:

- A emissão de poluentes durante o transporte e a distribuição, pela queima de combustível nas usinas;
- O cálculo do uso indireto da terra: o aumento da demanda por milho ou cana para produzir etanol aumenta o preço dessas commodities e cresce a área cultivada em outros lugares, com desmatamento e emissão de poluentes.

Para ser “avançado”, o combustível precisa reduzir em pelo menos 50% a emissão de poluentes, com tolerância de 10%. Como reduz em 44%, o etanol de cana está qualificado para participar de cota de combustíveis avançados. Como reduz as emissões em 16%, o etanol de milho ficou fora, o que compromete a justificativa ambiental do lobby do milho para receber subsídios e manter tarifas sobre o etanol importado.

Como a regra não é retroativa, as usinas de etanol de milho nos EUA continuarão a funcionar e a fornecer para as refinarias. A regra vale para eventuais novas usinas de etanol de milho, que estão abaixo da qualificação ambiental. Portanto, na prática, fica impedida a expansão da produção do etanol de milho.

Os usineiros dos EUA, por sua vez, apostam que os avanços no desenvolvimento de sementes e fertilizantes permitirá o cultivo de mais milho e outras matérias-primas para o biocombustível, no mesmo espaço de terra.

Agronegócio

É hora de usar estratégia!

Nádia de Barros Alcântara¹
Silvia Morales Coleman²

VÁRIAS EMPRESAS do agronegócio brasileiro foram fortemente atingidas pela atual crise econômica mundial. Em alguns casos, além de sofrer redução da demanda nos mercados interno e externo, algumas apresentaram resultados negativos devido à escolha de estratégias arriscadas, especialmente em operações cambiais.

Discutir a crise pode não ajudar a sair dela, mas leva a uma reflexão sobre a criação de mecanismos para minimizar os seus impactos. Embora desfavorável, o momento é uma oportunidade para refletir sobre estratégias que garantam maior estabilidade para os agentes do agronegócio.

O primeiro passo é visualizar o agronegócio como um conjunto de sistemas formados por múltiplos agentes, que, por sua vez, têm cada um a sua cadeia de valor. O sistema agroindustrial (alimentos, fibras ou biocombustíveis) é um conjunto de atividades que se relaciona tanto verticalmente (entre os diferentes elos da cadeia produtiva) quanto horizontalmente (entre empresas do mesmo elo).

A idéia principal é que as atividades são interrelacionadas. Assim, um choque sobre um ou mais agentes que atuam em uma rede, causará uma perturbação em todos os sistemas e no valor gerado por eles.

É nos momentos de crise que se deve investigar quais são os pontos de ligação e os elos de interação mais sujeitos aos choques e elaborar estratégias a fim de minimizar os efeitos negativos. É nesse ponto que emerge com mais força a necessidade de usar estratégias para lidar com a crise.

Com frequência, ao longo de uma crise, torna-se evidente o conflito entre geração

e distribuição de valor. A depender do poder de barganha das partes (produtores rurais *versus* indústria, por exemplo), o conflito poderá gerar perdas significativas no valor gerado.

A dispersão do valor ao longo da cadeia produtiva pode ser evitada por meio do estabelecimento de relações mais sólidas e formalizadas, que condicionem garantias para os participantes e uma distribuição mais eficiente dos resultados. Entre os fatores críticos, tem-se a necessidade de um arcabouço institucional definido e organizado.

Algumas opções viáveis podem ser pensadas em relação à formalização das relações entre as interfaces do sistema agroindustrial, como a contratação formal entre as partes interessadas. Quando as partes interessadas envolvem mais de dois agentes são envolvidos (operações trianguladas) há uma vantagem, pois um deles serve como garantidor do contrato, o que confere maior grau de segurança às partes.

A recente situação de crise na pecuária de corte evidencia a fragilidade contratual existente, resultado da alta informalidade e insegurança na relação entre produtor e a indústria. Só em Mato Grosso do Sul, nos últimos 6 meses, estima-se 90.000 cabeças não-pagas, com mais de R\$ 90 milhões em aberto. A Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA) fala de um passivo de R\$ 700 milhões em todo o País.

A falta de mecanismos de proteção formais nas transações entre produtor e indústria pode gerar prejuízos de grandes proporções, passíveis de ocorrer em todos os setores nos quais prevalecem relações

informais entre produtores, indústrias, fornecedores de insumo e outros agentes interligados aos sistemas agroindustriais.

O uso de mecanismos contratuais formalizados permite um grau maior de segurança nas atividades agrícolas. Tal fato pode estimular os investimentos de longo prazo, uma vez que os agentes podem planejar melhor o futuro. Se não significa ausência de contingências, como facilita a elaboração de planos que antevejam situações críticas, garante reações mais rápidas e estruturadas.

Durante períodos de incerteza, o perigo não está na falta de uma estratégia explícita, mas no oposto, na deliberação de uma estratégia única e imutável. Uma crise como a atual deve servir para abrir espaço para a elaboração de estratégias conjuntas entre os agentes e elos da cadeia. O objetivo é repensar a distribuição dos valores gerados ao longo da cadeia a fim de minimizar tentativas de abuso de poder exercido por alguns agentes em momentos de abundância de recursos.

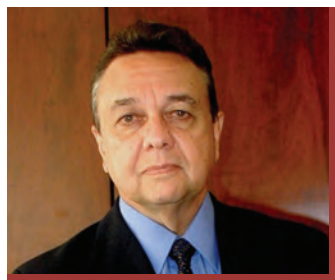
A criação de mecanismos contratuais pode reforçar tais ligações com o objetivo de garantir a estabilidade nas relações entre os agentes. Além disso, a elaboração de ações conjuntas e a distribuição mais equilibrada do valor gerado são essenciais para gerar investimentos de longo prazo e garantir o crescimento sustentado do agronegócio. ■

1. Doutoranda em Administração pela FEA/USP – pesquisadora Pensa – Centro de Conhecimentos em Agronegócio.

2. Mestranda em Administração pela FEA/USP – pesquisadora Pensa – Centro de Conhecimentos em Agronegócio.

Diário de bordo

Ceagesp



Roberto Rodrigues*

MESMO AS pessoas mais atentas que frequentam o entreposto da Ceagesp da cidade de São Paulo conseguem imaginar a extraordinária importância do organismo para a distribuição de produtos hortifrutigranjeiros para a capital e o estado em geral.

A primeira surpresa, aliás, reside na informação de que o entreposto do Jaguaré (Ceagesp) não é o único, mas faz parte de uma rede na qual se incluem mais 12 centrais regionais, a saber: Guaratinguetá, São José dos Campos, Sorocaba, Piracicaba, Araraquara, Ribeirão Preto, Franca, São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente, Marília e Bauru. Portanto, uma extensa rede que, associada a algumas poucas Centrais Municipais, abastece todo o estado e os vizinhos.

No ano passado, a rede da Ceagesp recebeu produtos de 1.500 municípios de 25 estados brasileiros e de 14 países, além do nosso! O volume comercializado foi de 3.849.801 toneladas, o que corresponde a 13 mil toneladas por dia, no valor diário de 15,2 milhões de reais. É uma rede verdadeiramente formidável.

Separadamente, só o entreposto de São Paulo, que em 2008 comercializou o maior volume de produtos dos últimos dez anos, é responsável por 80,9% do volume comercializado e por 81,9% do valor desta comercialização.

Do total dos produtos que circularam pela Central de São Paulo no ano passado, 1.634.977 toneladas foram de frutas, de longe o volume maior, seguido por legumes, com 786.442 toneladas e verduras, com 226.817.

As flores já representam hoje um peso significativo, de 51.873 toneladas, seguidas de pescado, com 47.639.

Quando se trata de valores, há uma pequena mudança nos dados: as frutas ainda são cerca de 50% do faturamento total, com 1,963 bilhões de reais, seguida de legumes, com R\$ 931 milhões. Depois vem o pescado, com R\$ 221 milhões, as flores, com R\$ 12 milhões, e, só então, as verduras, com R\$ 192 milhões.

No ano passado, a laranja foi o produto mais vendido em volume (10,4% do total), seguida do tomate (com 8,9%), batata (7,3%), mamão (5,1%), tangerina (4,3%), maçã (4,0%), melancia (3,5%), cenoura (3,2%), manga (3%), pêra e cebola (2,9%). Todos esses produtos tiveram volumes vendidos superiores a 90 mil toneladas.

Em termos de valor, também muda um pouco o *ranking*, com o tomate representando 10,3%, seguido da maçã (6,4%), laranja (5,3%), pêra (5,1%), batata (4,1%), mamão e uva (3,7%), tangerina e manga (2,7%) e cenoura (2,6%), todos com faturamento superior a 100 milhões de reais no ano todo.

Dos entrepostos do interior, três destacam-se tanto em volume físico quanto em valor de comercialização: Ribeirão Preto, Sorocaba e São José do Rio Preto.

Todos estes dados explicitam a importância da rede da Ceagesp que, na segunda metade dos anos 60, durante o governo Sodrê, nasceu da fusão da Ceasa (Central de Abastecimento) com a Cagesp (rede de armazenagem). À época, a rede pertencia ao governo estadual, porém, mais tarde, foi entregue ao governo federal em pagamento de dívidas do estado com a Federação. ■

* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

Produzir

Apoio ao ministro



Cesário Ramalho da Silva*

AMUDANÇA do Código Florestal Brasileiro tornou-se questão de segurança jurídica para as propriedades rurais do País. A legislação vigente, uma verdadeira colcha de retalhos de portarias, medidas provisórias, decretos, baseada em uma lei maior, datada de 1965, é anacrônica. Além disso, é distante da realidade e tem caráter punitivo, sem oferecer instrumentos legais que estimulem o casamento sadio entre produção e preservação.

Atenta à questão, a Sociedade Rural Brasileira (SRB) recebeu o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Reinhold Stephanes, para uma palestra esclarecedora acerca do tema, com objetivo de apoiá-lo no esforço de viabilizar os ajustes necessários no código.

Concordando com o ministro, convido o caro leitor a disseminar a proposta do MAPA, para que ela chegue mais fortalecida ao Congresso Nacional.

Se as normas existentes para o ambiente permanecerem como estão, metade das propriedades rurais e um milhão de produtores ficarão na ilegalidade. O contingente representa aproximadamente 20% da produção rural nacional.

Estudo da Embrapa Monitoramento por Satélite mostra que as reservas florestais, unidades de conservação da biodiversidade, áreas de preservação permanente e reserva legal e área indígenas ocupam 67% do Brasil.